

Treze condenados no maior processo de escravatura em Portugal

Estavam acusados 48 arguidos num megaprocesso cujo inquérito é de há dez anos. Penas variaram entre os cinco anos e seis meses e os 12 anos. Condenações são raras neste tipo de crimes

Justiça
Ana Górgão Henriques

Esperavam-se 48 arguidos no maior processo de escravatura em Portugal, mas na sala do Tribunal de São João Novo, Porto, não estiveram todos presentes: eram pouco mais de 30. No final, numa leitura rápida do acórdão, a juíza Ana Paula Oliveira anunciou: 13 estão condenados pelo crime de escravidão, um "dos crimes mais graves".

Uma família composta por três membros teve a pena mais pesada, com 12 anos de prisão para o casal e nove anos para a filha que, à data dos factos, tinha menos de 21 anos.

As penas para os restantes arguidos variaram entre os cinco anos e seis meses e os nove anos, sendo que houve quem tivesse sido condenado a sete anos e seis meses. Vários condenados praticaram os crimes em co-autoria sobre mais do que uma vítima, por isso o total de condenados é superior ao das vítimas, que são dez.

Dois dos condenados - José Manuel, a seis anos de prisão, Maria Helena Seixas, a cinco anos e seis meses - estão a ser investigados por outros crimes de escravatura, acusados de terem subjugado um casal, Manuel e Fátima Rézio, durante "mais de 20 anos".

Com mais de 30 mil páginas, este megaprocesso ouviu 65 testemunhas, a maioria vítimas e familiares. O julgamento começou em Setembro do ano passado e o inquérito é de há dez anos, 2004, embora os factos sejam bastante anteriores. A juíza deixou, por isso, o recado aos arguidos: o facto de terem decorrido estes dez anos fez com que as penas fossem mais leves do que poderiam ter sido.

Disse também que não ficou provado que existissem clãs, nem que os arguidos estivessem organizados em associação.

O Ministério Público acusava 53 arguidos, mas um dos processos seria separado, com quatro arguidos julgados e um por notificar, pois encontra-se em parte incerta (a leitura

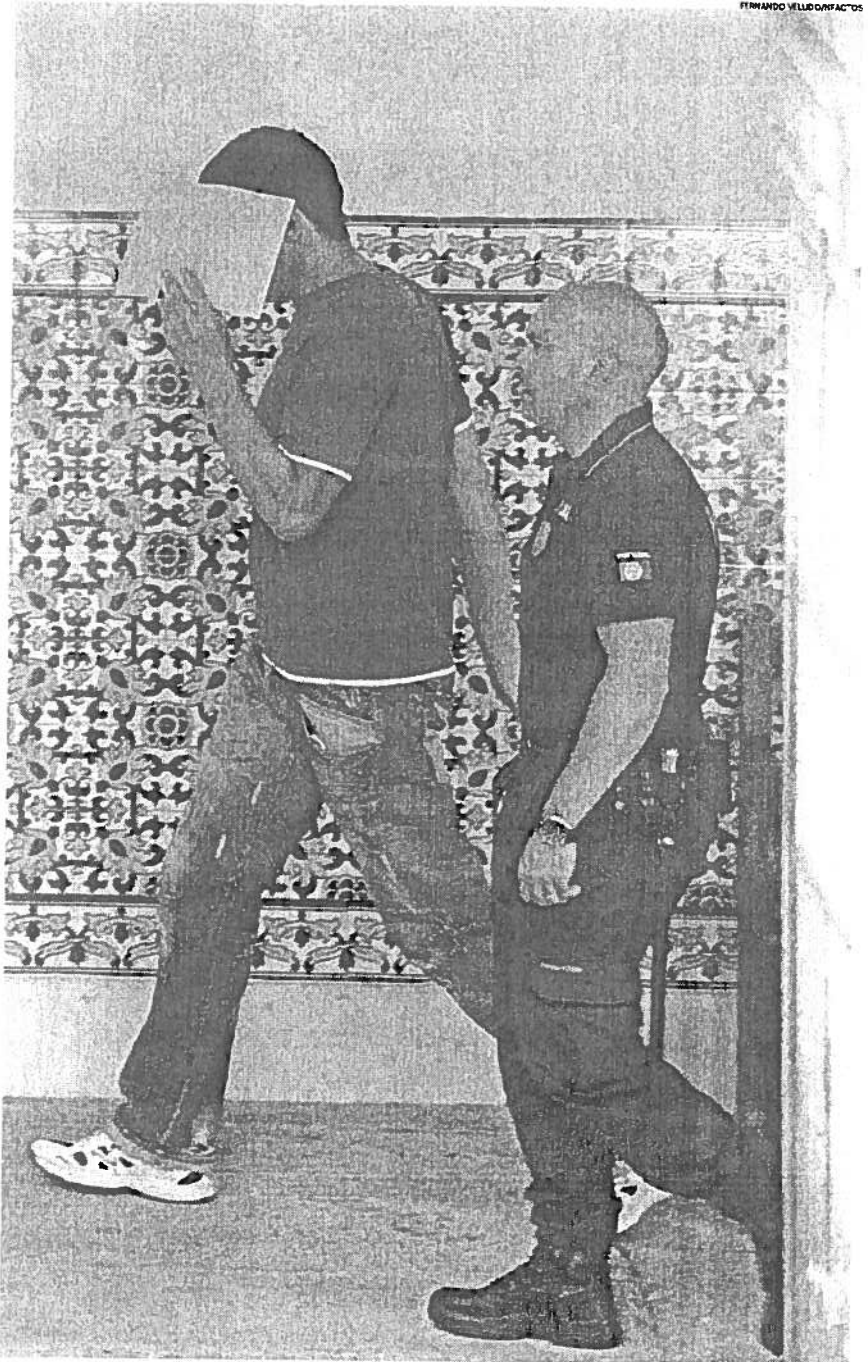
do acórdão deste processo ficou para a semana).

Os julgamentos de crimes de escravatura são raros, a punição ainda mais. Segundo o Ministério da Justiça, os dados disponíveis nos últimos dez anos sobre crimes por escravidão estão protegidos por segredo estatístico, pelo facto de as ocorrências (condenações) serem inferiores a três (os de 2013 só serão divulgados em final de Outubro).

Por causa da dimensão, esperava-se uma leitura prolongada, mas esta sexta-feira Ana Paula Oliveira fez apenas um resumo do acórdão de 377 páginas. No documento, ao qual o PÚBLICO teve acesso, podem ler-se alguns exemplos da forma como actuavam. Descreve-se que "aliciavam e encaminhavam, controlavam e exploravam" os trabalhadores, tratando-lhes da documentação e transporte. "Através de formas de intimidação e violência física, aterrorizavam os trabalhadores visando obter, à sua custa e contra a sua vontade, lucros patrimoniais e económicos". E continuam: "Tais pessoas recorrem ainda à intimidação, privação de liberdade e violência física, contra quem criar ou pretenda criar obstáculos à prossecução dos seus objectivos ou contra quem denunciar a situação, designadamente informando as entidades policiais das suas actividades".

Por exemplo, três vítimas foram escravizadas pela família condenada a 12 e nove anos e o acórdão diz que levaram uma delas para Espanha, em 1993, retiraram-lhe os documentos de identidade e extorquiam-lhe o dinheiro que lhe era pago pela actividade agrícola - a vítima pediu muitas vezes para regressar a Portugal, sem sucesso.

No acórdão, os juízes deixaram uma série de "identificadores da situação de escravidão laboral": "A retenção dos documentos do trabalhador, a retenção de salários, a imposição de produção de trabalho durante longos períodos temporais, controlo permanente e contínuo, confinamento a espaços, proibição de contactos e movimentos, isola-



Apenas 30 dos 48 arguidos compareceram na leitura da sentença



“A punição para o crime tem que ser indicador do quão mau ele é”

Gulnara Shahinian
Ex-relatora da ONU sobre
escravidão moderna

Um julgamento histórico, dizem peritos internacionais

Joana Gorjão Henriques

mento social, desconhecimento da língua, sujeição a maus tratos, coação e ameaça.”

O crime de escravidão, punido com pena de cinco a 15 anos, é assim definido pelo Código Penal português: “Quem a) Reduzir outra pessoa ao estado ou à condição de escravo; ou b) Alienar, ceder ou adquirir pessoa ou dela se apossar com a intenção de a manter na situação prevista na alínea anterior.”

Não se define o que é escravidão. A juíza citou, porém, um acórdão do Tribunal da Relação do Porto de Janeiro de 2013 - que condenou dois indivíduos por este crime (a sete anos e seis meses, e a cinco e seis meses) - no qual se lê que “por escravidão entende-se o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem todos ou quaisquer atributos do direito de propriedade”. Acrescenta-se: “Cabe na pre-

Independentemente da sentença, ter 50 arguidos em tribunal acusados do crime de escravidão é “histórico”, classifica, em declarações ao PÚBLICO, Gulnara Shahinian, que acaba de passar a sua pasta de relatora especial para as formas modernas de escravidão das Nações Unidas.

Ao telefone da Arménia, onde nasceu, esta perita afirma que o inédito está no facto de ser difícil os casos de escravidão chegarem a acusação ou a condenação - ainda para mais com esta dimensão. Desde que assumiu o cargo, há seis anos, que a relatora tentou recolher dados sobre condenações, sem grande sucesso - Portugal não estava na lista dos países que contactou. Não se lembra de ter ouvido falar de um processo com tanta gente como este.

Gulnara Shahinian explica a importância deste julgamento: “O que sempre me preocupou é que todos os casos de escravidão ficam sob tráfico de seres humanos porque os países tiveram que adoptar legislação em conformidade com o protocolo das Nações Unidas e a Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Seres Humanos. A escravidão estava ali ‘sozinha’, ninguém estava a prestar atenção a estes casos, e por isso é extremamente importante que Portugal esteja a fazer isto para focar a atenção no facto de a escravidão não estar erradicada”.

No ano passado, o primeiro Índice Global de Escravidão revelava que havia 29 milhões de escravos no mundo. Portugal tinha entre 1300 e 1400 escravos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que há 21 milhões de pessoas vítimas de trabalho forçado, e que esta é uma actividade que gera um lucro anual de 111 mil milhões de euros - a agricultura e trabalho doméstico são as áreas de maior preocupação, notam num relatório de Maio de 2014. Mas estes dados são estimativas que não dão a fotografia toda. Houtan Homayounpour, consultor da OIT, sublinha: “Para perceber a extensão do problema, teríamos que fazer inquéritos em todos os países, de modo a chegar a um número sólido. Se não temos dados de há 10/15 anos, não sabemos o quanto evoluímos,

não sabemos se os números desceram ou subiram”.

Vem muitas vezes associado a tráfico de seres humanos ou a trabalho forçado; trabalho forçado não implica necessariamente escravidão, pois a pessoa pode estar a ser coagida a trabalhar mas tem liberdade de movimentos, lembra Homayounpour.

Nem sempre as fronteiras são fáceis de definir. A OMT tem 11 indicadores para trabalho forçado, e não significa que tenham que estar todos presentes, diz o perito. A definição não é muito diferente daquela que se encontra sobre escravidão, em si também um termo que é alvo de discussões académicas. Segundo a OIT, trabalho forçado é “todo o trabalho extraído a qualquer pessoa sob ameaça de castigo e para o qual a dita pessoa não se ofereceu para fazer voluntariamente”. Homayounpour completa: “Se começarmos a ver mais do que um indicador, percebe-se que há um problema. Por exemplo: foram enganados, prometeram-lhes mais do que aquilo que lhes deram? Têm medo do patrão? Não podem ir embora porque lhes retiraram os passaportes? O salário foi retido? São tudo indicadores que podem ser escravidão, mas a partir de certa altura começa a ser difícil distinguir os casos, e é preciso olhar para a legislação de cada país”.

O Código Penal não prevê especificamente como crime o trabalho forçado, que pode ser enquadrado no crime de escravidão.

A punição, lembra Houtan Homayounpour, não é a única resposta ao combate ao trabalho forçado, mas, para que seja eficaz, é “preciso ter leis fortes e boas que façam com que a punição pelo crime seja maior do que o lucro”. “Fazem-se 150 mil milhões de lucro abusando das pessoas, mas, ao mesmo tempo, em determinados países, as leis são tão fracas que, se se for apanhado, vai-se para a prisão por seis meses - claro que vale a pena o risco. A punição para o crime tem que ser indicador do quão mau ele é”, defende.

A antiga relatora refere ainda que o crime da escravidão é “muito escondido, acontece atrás das portas, no trabalho doméstico”: “Ninguém os vê [aos trabalhadores], não estão registados, muitos só recebem um visto, dormem na casa do patrão

e vivem em condições vulneráveis muito grandes, com abuso verbal, físico, violação. Quantas crianças são enviadas para a rua para vender, para a agricultura, para o sector mineiro? Muitas vezes não têm sequer um certificado de nascimento, não existem socialmente.”

E descreve: “O escravo torna-se propriedade do dono - pode ser dado, sem o seu consentimento, pode ser enviado para trabalhar noutro local, não tem opção de sair do sítio onde trabalha, tem que trabalhar o tempo que é definido pelo dono. Está despojado do seu direito de tomada de decisão. Isto é uma morte social das pessoas porque ele só existe para o empregador para quem trabalha.

Para a sociedade, esta gente não existe. Quantos beneficiam disto?”

A agravar, não é raro que as pessoas neguem ser vítimas de escravidão, regressem às mãos dos exploradores depois de terem sido resgatadas, por não conhecerem outro modo de vida, por exemplo. A protecção das vítimas e assegurar que elas recebem uma indemnização é essencial, defende ainda o perito da OIT. “É preciso também actuarmos na prevenção, na condenação e sobretudo nas indemnizações - que são sempre muito poucas e baixas. O que acontece é que, mesmo quando os criminosos são condenados, é muito raro as vítimas receberem indemnização.”

10

é o número de vítimas neste processo. Algumas delas foram exploradas por mais do que um dos treze condenados

30mil

é o número de páginas deste megaproc. O tribunal ouviu 65 testemunhas, a maioria vítimas e familiares. O julgamento começou em Setembro do ano passado e o inquérito começou há dez anos

visão legal a escravidão laboral, nos casos em que a vítima é objecto de uma completa relação de domínio por parte do agente, vivenciando um permanente ‘regime de medo’, não tendo poder de decisão sobre o modo e tempo da prestação do trabalho e não recebendo qualquer parte da sua retribuição.”

Levantando o tom de voz com gravidade, a juíza Ana Paula Oliveira, no final, sublinhou, a olhar para alguns arguidos sentados na sala, que este “é um crime muito grave”. “Está a proliferar nesta sociedade, acontece com muita frequência, nomeadamente com a colaboração dos patrões espanhóis”. E a magistrada encerrou assim a sessão: “Espero que isto seja uma lição de vida para todos vós.”

AIRFRANCE
FRANCE IS IN THE AIR

A SAÚDE DE LISBOA DESCE

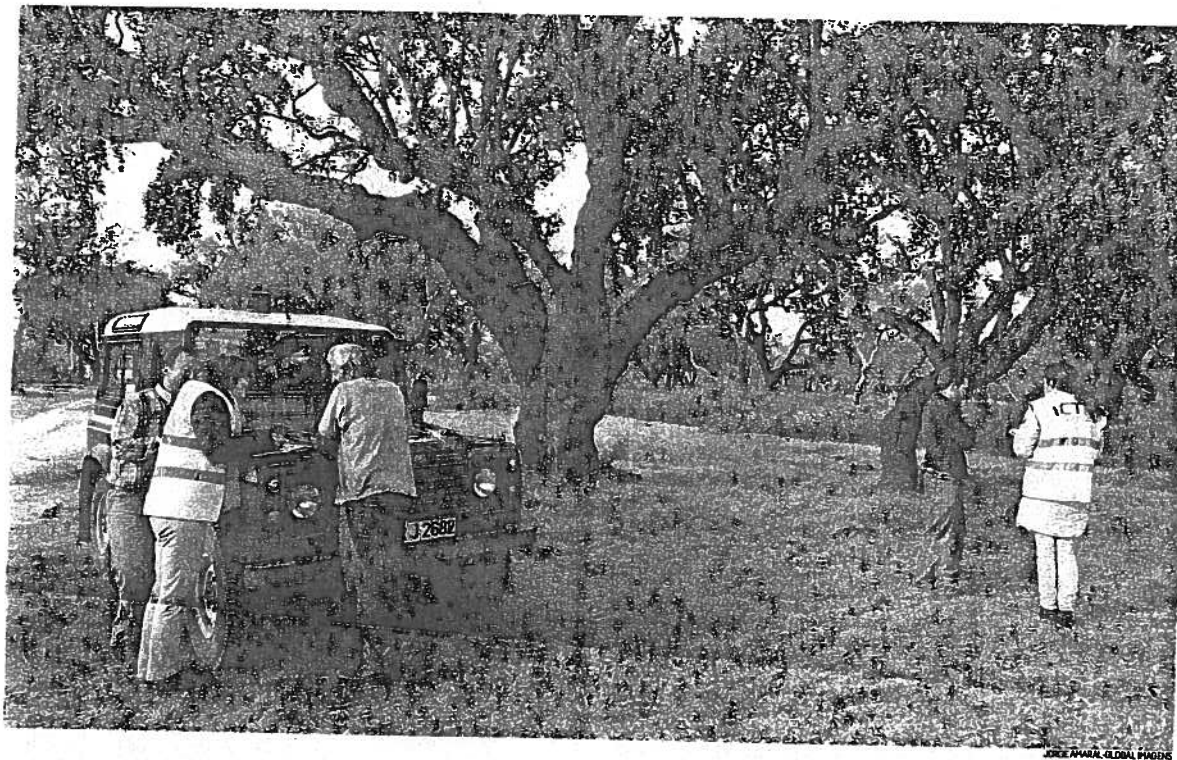
NOVA IORQUE 499€
BOSTON 549€

ARREBRANC PT

Vendas de 02/09/2014 a 17/09/2014. Partidas de 03/09/2014 a 31/03/2015. Tarifas 111 de e volta (taxas do dia 26/08/2014) sujeitas a disponibilidade de lugares e a condições específicas para uma compra em airfrance.pt. Estes podem variar consoante o canal de venda.



Atual 2 Trabalho não declarado



Equipa de inspeção em Grândola e Alcácer do Sal envolveu inspetores do trabalho, do Serviço de Estrangeiros e da GNR. Os trabalhadores disseram desconhecer o patrão ou que trabalhavam por conta própria



Meio milhão de euros 'roubados' a trabalhadores nos campos

Reportagem. Detetados mais casos de trabalho não declarado em 2013 do que em 2012. Montantes em dívida só no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas aumentaram quase cinco vezes. DN acompanhou fiscalização

CÉU NEVES

"Mostre o seu documento de identificação", pede o inspetor da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Ouve como resposta: "Não tenho, só se for a casa." O diálogo sucede-se, provando que as desculpas também são como as cejas e mais parecem anedotas. "Não sabe que tem de andar com o documento de identificação?" "Numa charneca destas quem esperava isto?" "Está a trabalhar para quem?" "Nem eu sei!" Não sabe para quem está a trabalhar? "Não, o Hélio disse para vir uns dias..."

É um interrogatório típico de uma inspeção laboral. No caso concreto, é o início de uma ação no Alentejo à procura do trabalho não declarado e tráfico de seres humanos para exploração laboral. Mais precisamente em Grândola e Alcácer do Sal e em que uma equipa, composta por inspetores da ACT,

do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e militares da GNR, começa bem cedo a bater a floresta.

O dinheiro desviado por patrões da agricultura e das pescas pelo não pagamento a trabalhadores e à Segurança Social ascendeu aos 615 mil euros em 2013, quase cinco vezes mais do que em 2012. Os principais lesados são os trabalhadores a quem ficou 472 mil por pagar. Mas também não denunciavam as situações, dizem os inspetores.

A ação inspetiva realizou-se no primeiro semestre do ano e, num dia, foram identificadas quatro entidades patronais e 19 trabalhadores. Entre estes, 14 portugueses, oito não estão declarados e quatro falsos recibos verdes; e cinco romenos, dois com número da Segurança Social. Havia trabalhadores "clandestinos" há seis anos e as entidades patronais foram notificadas para regularizarem a situação.

São operários do setor que engloba a agricultura, produção ani-

mal, caça, floresta e pesca, onde a ACT fez 843 visitas em 2013. Detetaram "créditos devidos a 418 trabalhadores no valor de 471 792 euros e dívida à Segurança Social de 143 mil euros. Realizaram mais inspeções em 2012 (1 055) e em 2011 (1 501) e as infrações envolveram muito menos dinheiro: 91 mil euros e 166 mil, respetivamente, tirados aos trabalhadores, e 44 mil em 2012 e 90 em 2011 à Segurança Social.

O meu patrão é o mesmo daquele Paula Flor Dias, chefe de divisão da ACT, justifica a subida com uma "melhoria na deteção de situações irregulares que resultou, não apenas da recolha de informação pelos serviços mas também da articulação com o SEF e Instituto da Segurança Social". Além "do aumento da entrada de trabalhadores estrangeiros não declarados, em grande número através de angariadores sem escrúpulos".

O inspetor volta-se para um tra-

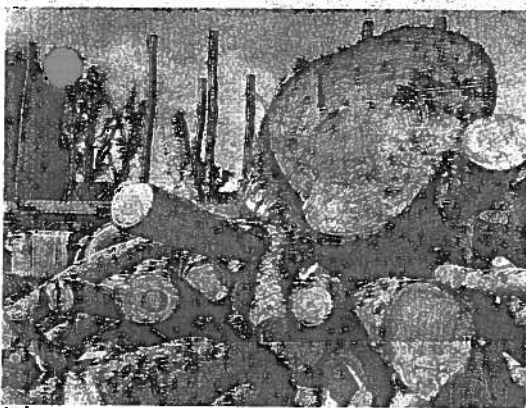
balhador. "Quem é o seu patrão?" "É o mesmo daquele", diz apontando para o lado. "Sim, mas ele não sabe." "Acho que é o António." Nova pergunta: "António quê, olhe eu sou o Carlos [o inspetor]. Quem é o patrão?" "Fale com aquele ali, é o encarregado", apontando para outro. "É o encarregado?", pergunta a autoridade ao outro. "Mais ou menos isso." "Quem é o Hélio?" "Não sei, eu trabalho para o António!"

A equipa da inspeção percorre caminhos onde só se entra de jipe e para quem conheça bem o terreno. Os trabalhadores podam pinheiros e sobreiros, cortam as árvores, acondicionam os troncos e preparam a madeira. Estamos em Brejinhos de Azeitão e com um grupo de seis lenhadores. As perguntas continuam. "Tem contrato?" "Não, ando aqui há pouco tempo." "Fizeram a comunicação para a Segurança Social?" "Não sei, acho que eles metem primeiro à experiência." "Fez exames médicos?" "Não,

são só duas semanas de trabalho." "É trabalhador por conta de outrem?" "Acho que trabalho para mim." "Se não tem contrato ao fim de 90 dias está efetivo." "Pois, mas estou aqui há pouco tempo." "Quem é que lhe paga?" "É o Hélio, mas não é ele o patrão."

A pessoa que identificam como encarregado, mas desvaloriza a função, presta-se a dar algumas explicações. Conta que o seu patrão é o António, o dono da empreitada, e Hélio é um subempregado. O inspetor não está satisfeito: "Mas quem é que trabalha para o Hélio e para o António?" "Aqueles dois para o Hélio e os outros para o António."

Tenta-se perceber se têm um vencimento, já que a maioria diz que trabalha por conta própria. "Isto é o pão nosso de cada dia. É economia paralela e há quem lucre muito dinheiro com isto. Não pagam impostos e estamos a pagar por eles. Alguns destes trabalhadores recebem Rendimento Social de



O dia começou às 06.00 e terminou às 20.00. Os inspetores identificaram 19 operários, dos quais cinco estrangeiros, e apenas quatro estavam na Segurança Social. Muitos deixaram ferramentas e trabalho quando passou a notícia de que havia inspeção



Cinco detidos em processo por tráfico de seres humanos

ESCRAVATURA Herdade de Beja explorava 30 romenos com "recurso a ameaças". A inspeção fez 148 ações contra este crime em 2013

O SEF detetou 61 vítimas de tráfico de seres humanos e deteve seis pessoas por este crime o ano passado. Os arguidos são acusados de pertencerem a uma organização criminosa que explorava 30 cidadãos romenos numa herdade agrícola em Beja, 28 foram ouvidas para memória futura já que o processo aguarda julgamento. A ação envolveu, também, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e GNR.

Entre os seis arguidos, alguns pertencentes a uma empresa estrangeira com sede na UE, cinco ficaram em prisão preventiva por tráfico de pessoas para exploração.

A ACT realizou o ano passado 148 ações de inspetivas para identificar trabalho escravo, quase dez vezes mais fiscalizações do que em 2012 (15). Um reforço que decorre da perceção por parte das autoridades nacionais que há "um aumento da entrada de trabalhadores estrangeiros", através de "angariadores sem escrúpulos".

As vítimas foram "recrutadas na Roménia através da criação de falsas expectativas relativas às condições laborais e remunerações", diz o relatório do SEF. Acrescenta que "permaneciam nas instalações cedidas em condições de insalubridade e sob exploração laboral com recurso a ameaças e coação" e "estavam sujeitas a um regime de subjugação económica baseada na cederência de bens alimentares através de meios usurários". A situação de vulnerabilidade dos imigrantes era tal que foram encaminhados para a Cruz Vermelha e para as Cáritas de Beja.

É a ACT quem convoca os órgãos de polícia criminal (OPC) — e que inclui PJ, PSP, GNR e SEF — para as operações que tenham como alvo combater o tráfico de seres humanos para exploração laboral. "Só os OPC têm competência para efetivamente confirmarem os indícios do crime a que corresponde a expressão identificar uma vítima", explicam os responsáveis da ACT.

A Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto, alterou o Código Penal, transpondo para a ordem jurídica interna a diretiva n.º 2011/36/UE, de 5 de abril, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas.

inserção (RSI) e subsídio de desemprego", revolta-se Carlos Graça, jurista e um dos três inspetores do ACT. E acrescenta: "Quando começamos a apertar eles aparecem."

As perguntas são diretas, mas as respostas dúbias. "Quanto é que recebe?" "Não sei, ainda não recebi nada!" "Só depois de receber é que sei." Nova questão: "Pagam-lhe ao mês ou à semana?" Resposta: "À semana." "Quanto?" "50 euros por semana, trabalho com a motosserra." Por fim, conseguem-se dados que permitem averiguar quem é na realidade a entidade empregadora e quem tem contrato.

O "Sr. Hélio" está num terreno próximo, junto a dois camiões. Dizem-lhe os inspetores: "Encontramos dois trabalhadores seus. Fez comunicação à Segurança Social? Fizeram exames médicos. Têm seguro?" Resposta do Sr. Hélio: "Não trabalham sempre para mim. O dono disto pediu para o desenrascar, para tirar uma madeira e eles vieram para aí." Explicações não aceitas. Ele acede: "Então, pronto, diga lá o que é preciso fazer. Não sei se estas pessoas vão fazer mais alguma coisa para mim, isto deve acabar sexta-feira [é quinta-feira], mas se é preciso um contrato, faço é até pode aparecer mais alguma coisa." Está reformado há um ano e argumenta que presta tais serviços para se manter ocupado.

A primeira ação de inspeção do dia está no fim e já lá vão umas boas

horas. Parte-se para novo posto e descobre-se que a informação de que a fiscalização anda na zona já se propagou. Os campos ficaram sem trabalhadores, os tratores e as máquinas abandonados no local da faina e, houve até, quem deixasse a lancheira com o almoço.

A GNR de Grândola é que identificou os locais onde poderá haver trabalho ilegal, uma equipa de três militares liderada pelo sargento-ajudante Fernando Carreira. Já percebeu que as voltas lhes foram trocadas e não encontra ninguém nos primeiros locais sinalizados.

Em Fornos de Albergaria um casal de romenos corta árvores. São oriundos de um país membro da UE e não oferecem dúvidas quanto à permanência legal no País aos inspetores do SEF. O mesmo não di-

zem os operacionais da ACT que investigam se são trabalhadores por conta própria, como afirmam.

Viorel, 53 anos, diz que é sua a motosserra e o restante material e que trabalha por conta própria. Maria, 55, a mulher, justifica que só está ali para ajudar. Ele imigrou em 2002 e, ultimamente, viaja entre Portugal e o seu país. "A vida de imigrante é assim, um dia aqui e amanhã lá. Vivi cá nove anos e agora estou aqui há quatro meses, talvez fique até à Páscoa, se não volto para a Roménia", conta. Ganham 100 euros por dia. Carlos Graça comenta: "Vou ver esta situação. Tenho muitas dúvidas de que possa ser considerado trabalhador independente, parece ser um falso recibo verde", explica Carlos Graça.

PERFIL

Trabalhador não declarado

Homens e mulheres estão praticamente em pé de igualdade no que diz respeito ao trabalho não declarado. Estas pessoas apresentam-se, muitas vezes, como falsos recibos verdes e eram mulheres em 47,7% das situações detetadas pela Autoridade das Condições de Trabalho (ACT). E, se tivermos em conta o total das inspeções realizadas, um

estrangeiro tem mais probabilidades de cair nas redes do trabalho ilegal do que um português, principalmente os homens. Em 2013, dos 207 trabalhadores estrangeiros em situação irregular, 189 (136 homens e 71 mulheres) foram regularizados na sequência de intervenção inspetiva do ACT, o que corresponde a uma taxa de regularização de 92,4%.

A verificação posterior dos ficheiros deu-lhe razão, mas já levava as dúvidas desfeitas com as declarações de um outro trabalhador. Conta que trabalha com Viorel há 3 anos.

A última paragem do dia é em Vale Cão, Alcácer do Sal, junto a um montado. "É uma poda de sobreiros que está a ser feita de forma irregular, já que é uma espécie protegida e obedece a determinadas regras [Lei n.º 169/2001] que não estão a ser cumpridas. Estivemos aqui há uma semana e identificámos a situação, agora vamos fazer uma comunicação ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas", explica o sargento Fernando Carreira.

Três romenos, que dizem trabalhar por conta própria, não sabem quanto ganham e quem lhes paga. Outros três portugueses contam a mesma história. Justificação que se repete com quatro mulheres que cortavam os ramos junto à estrada. Tudo trabalhadores independentes, a dar como boas as suas informações. E sem saberem muito bem para quem trabalham. Carlos Graça protesta: "É o jogo do gato e do rato. O nosso objetivo é encontrar o dono da propriedade porque ele é quem ganha com tudo isto, refugia-se na situação de prestação de serviços para não ter responsabilidades. O objetivo é que estes trabalhadores sejam regularizados, mas muitos destes casos vão acabar em tribunal." Em 19 pessoas só quatro estavam declaradas.

11

12

13

Quatro pessoas foram traficadas e escravizadas em Trás-os-Montes

Processo. PJ deteve agricultor de 43 anos, suspeito de angariar trabalho escravo para explorações agrícolas nortenhas. Vítimas são do Alentejo e uma mulher terá sido violada em frente ao companheiro. Família do detido nega as acusações

JOSÉ ANTÓNIO CARDOSO

Três homens e uma mulher, todos do Alentejo, passaram vários meses a ser escravizados por um agricultor transmontano. Diz a PJ que o suspeito não pagava salário, ameaçava e agredia as vítimas. A mulher de 48 anos foi mesmo violada em frente aos outros, um deles seu companheiro, de 40 anos. A família do detido negou ao DN todas as acusações, mas o juiz de instrução não teve dúvidas e aplicou a prisão preventiva. As autoridades admitem que tenham existido mais vítimas.

Carlos Castilho, 44 anos, foi detido pela Polícia Judiciária de Vila Real ao início do dia de ontem na sua residência, em Vilarelho, Alfândega da Fé, por suspeita de envolvimento e autoria de crimes de escravidão, tráfico de pessoas para fins de exploração laboral, ofensa à integridade física qualificada e violação.

Segundo apurou o DN tudo se terá passado entre setembro e dezembro de 2013, quando o agricultor contratou quatro pessoas, entre as quais uma mulher, para trabalhos agrícolas nos campos do Vale da Vilarça. Todas de baixo estatuto social e com pouca instrução. "Ele arranjava trabalho em várias quintas e depois, porque os patrões pediam, angariava trabalhadores", disse ao DN o pai de Carlos Castilho. "Essas pessoas apareciam aí cheias de fome e quase sem nada para vestir. O meu filho abrigou-os numa casa e, ao contrário do que agora dizem, pagava-lhes 30 euros por dia e mais a comida e dormida."

A PJ tem outra versão sobre os factos. "Contrariamente ao que lhes havia sido proposto, viam-se forçados a trabalhar de forma não remunerada, sujeitos a condições indignas e condicionados na sua liberdade ambulatoria, perante o trato de intimidação, ameaças e agressões físicas por parte do arguido." A investigação apurou ainda "serem frequentes diversas práticas intimidatórias e humilhantes sobre os ofendidos que consistiam em reiteradas ofensas à integridade física bem como de violação da mulher, que terá sido ainda obrigada a manter relações sexuais não



Agricultura na zona interior do País regista a maioria dos casos de tráfico humano com fins laborais e de escravidão

consentidas com alguns trabalhadores na presença do seu companheiro".

"Tudo isso é mentira", garante ao DN a mulher de Carlos Castilho. "Apesar de viver em Mesão Frio, ia a Alfândega com frequência e quando eles lá trabalhavam vi que eram bem tratados. Comiam, dormiam e recebiam. Agora no fim do mês o meu marido tinha de lhes descontar os dois maços de tabaco que lhes dava diariamente", afirmou.

Escravizar alguém é crime punível com cinco a 15 anos de prisão

Leonor, 31 anos, sente-se agora em perigo pois fica sem forma de sustento já que ao marido foi decretada a prisão preventiva. "Tenho ao meu encargo quatro filhos de 1, 2, 3 anos e meio e 11. Ele era o sustento da casa e por causa de mentiras de três 'saltimbancos', que ninguém sabe onde estão, vou ficar na miséria", acrescentou.

Na aldeia de Vilarelho, onde reside toda a família de Carlos Castilho, o DN procurou ouvir testemunhos, sem grande sucesso. Entre os que falaram "foi surpresa" para alguns. Para outros "já se esperava".

DADOS

NÚMEROS

► O número de pessoas sinalizadas em Portugal como "presumíveis vítimas" de tráfico de seres humanos mais do que triplicou — de 81, em 2012, para 299, no ano passado — um aumento de 269%.

DENÚNCIAS

► O acréscimo de sinalizações explica-se com o aumento das denúncias relacionadas com exploração laboral — sobretudo na agricultura e na zona do Alentejo.

CÓDIGO PENAL

► A escravidão está prevista no Código Penal no art. 159 do capítulo dos crimes contra a liberdade pessoal. A pena varia entre cinco e 15 anos de prisão.

REDE

► Em 2009, o Ministério Público acusou 59 pessoas por crimes de escravidão, integrados numa rede de tráfico. Os suspeitos levaram centenas de portugueses para Espanha. Nenhum ficou depois preso após julgamento.

Condenações por escravidão são raras

BALANÇO Caso de dois homens que escravizaram outro, em Moimenta da Beira, foi dos poucos que resultaram em penas de prisão

A Justiça portuguesa tem registado raras vezes condenações a penas de prisão efetiva pelo crime de escravidão. Embora as sinalizações feitas pelas autoridades — de potenciais vítimas de exploração laboral — estejam a aumentar exponencialmente (ver caixa ao lado).

O caso da condenação de dois homens — com 54 e 31 anos — a sete anos de prisão, detidos em 2011 pela PJ, é um dos poucos casos em que os tribunais efetivamente castigaram os arguidos por escravidão. Em 2006, numa altura que se encontrava a residir temporariamente num centro de acolhimento em Lisboa, a vítima, natural de Vila Viçosa e com "evidentes fragilidades cognitivas e psicológicas", foi abordada por indivíduo, que lhe propôs

trabalhar na atividade agrícola em Espanha, a troco de 20 euros por dia. Durante cerca de três anos, a vítima realizou todo o tipo de tarefas agrícolas na província de La Rioja, Espanha, como vindimas, podas e apanha do pimento, da couve e da maçã. Dormia num sótão ou em rolotes, tomava banho num qualquer riacho ou canal que houvesse nas imediações, fazia as necessidades "no campo" e todos os seus passos eram controlados. Foi alvo de agressões físicas, quando pedia que lhe pagassem o ordenado. Os arguidos acabaram por ser condenados a prisão efetiva, pena confirmada pela Relação do Porto.

Em 2011, o Tribunal de Vila Verde condenou a quatro anos e seis meses de prisão — com pena suspensa — por maus-tratos, cada um dos quatro elementos de uma família acusada de durante 25 anos ter escravizado um jovem deficiente. Mas só ficaram provados os maus-tratos e não o crime de escravidão. E.A.S.



Há cada vez mais portugueses em trabalho escravo

Alentejo
Carlos Dias

Trabalho clandestino deixou de se circunscrever ao Alentejo e já é prática no centro do país e até nas quintas do Douro, diz a CNA

Na última intervenção realizada no dia 30 de Janeiro em vários locais de Grândola e Alcácer do Sal, a Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) de Beja foi confrontada com situações de trabalho não declarado em locais onde anteriormente já tinha sido detectada a mesma ilegalidade.

Ao PÚBLICO a ACT diz que "está a aumentar o número" de trabalhadores portugueses a executar tarefas nas explorações agrícolas alentejanas em regime de clandestinidade.

Em 2013 e 2014, adianta a Autoridade para as Condições de Trabalho, e sobretudo nas vindimas, na apanha da azeitona e no abate de árvores, são portugueses a maioria dos trabalhadores a executar as tarefas em situação ilegal em herdades já anteriormente visitadas.

Com esta iniciativa, e apesar de já não beneficiarem do efeito surpresa, os inspectores do ACT detectaram ainda várias irregularidades, conseguindo identificar nesta situação quatro empregadores com um total de 19 trabalhadores, dos quais cinco de nacionalidade romena. Destes, apenas dois tinham número de beneficiário da Segurança Social.



A ACT tem intensificado as inspecções

Dos 14 trabalhadores portugueses, dois estão declarados como trabalhadores por conta de outrem, quatro são falsos recibos verdes e oito são trabalhadores não declarados.

Realizada uma consulta à base de dados da Segurança Social, constatou-se que existem trabalhadores que se encontram na condição de clandestinos há mais de seis anos. As entidades empregadoras que actuam à margem da lei vão ser sujeitas a "procedimentos coercivos", adianta a ACT no balanço desta operação realizada no fim de Janeiro e que ontem divulgou.

Na fronteira da escravidão

A ACT não esconde a sua preocupação pelo "aumento das situações que andam na fronteira do trabalho escravo", que inclui falta de pagamento de salários, retenção de documentos e frequentemente maus tratos.

"Esta realidade é muito grave e com reflexos directos em termos fiscais e contributivos para a Segurança Social", frisa a ACT.

Dada a frequência com que são detectados casos em que a ocorrência de trabalho não declarado se repete, mesmo depois de as autoridades já terem intervenido, "e existindo indícios de que serão prática corrente na região", a ACT de Beja vai "prosseguir no controlo das empresas" que insistem em aceitar trabalhadores ilegais.

O problema alastra-se ao resto do país, assegura a Confederação Nacional de Agricultura (CNA). Um dirigente desta estrutura adianta ao PÚBLICO que se verifica um aumento de trabalho clandestino "na região das Beiras e até nas quintas do Douro".

Estes casos envolverão não só imigrantes, mas "sobretudo portugueses", que são sujeitos a ritmos de trabalho intensos por um salário diário que oscila entre os 20 e os 30 euros e que têm de pagar "a sua própria alimentação".

João Dinis, dirigente da confederação, pede às autoridades nacionais que ponham cobro à acção dos "negreiros do século XXI", ou seja, indivíduos que engajam trabalhadores em "situação desesperada" para os sujeitarem a situações de exploração laboral à margem da lei.

A ACT reconhece que com a situação de crise que o país está a viver "este tipo de situações está a aumentar".



Breves

Lisboa

PCP lamenta falta de reacção sobre o fecho de 11 esquadras

O PCP na Câmara de Lisboa lamentou ontem a falta de posição da autarquia acerca do encerramento de 11 esquadras da PSP e defendeu que o presidente deveria exigir que continuassem abertas. A PSP pretende fechar 11 esquadras na capital: Santa Marta, Boavista, Mouraria, Rato, Zona J de Chelas, Campolide, Quinta da Cabrinha, Arroios, Santa Apolónia e bairros Padre Cruz e Horta Nova, em Carnide.

Coimbra

Capela manuelina da Universidade de Coimbra fechada

A Capela de S. Miguel da Universidade de Coimbra encontra-se temporariamente fechada devido à queda de estuque do tecto, que ocorre desde a tarde do passado dia 7 de Fevereiro. Por causa deste problema ficam suspensas as missas realizadas no espaço, assim como as visitas de turistas à capela. O edifício manuelino do século XVI está agora a ser vistoriado para se averiguar o motivo do sucedido.

Ourense

Igreja classificada como monumento de interesse público

A Igreja de Nossa Senhora da Purificação, a cuja demolição se opôs a população do Olival, foi agora classificada como monumento de interesse público, segundo documento publicado ontem em *Diário da República*. Do reinado de D. Sancho I, a igreja tem a estrutura actual de origem quatrocentista e o templo de feição barroca, que resulta de obras executadas nos séculos XVII e XVIII.

PS questiona ministro sobre degradação do Liceu de Camões

Educação

Marisa Soares

Socialistas querem saber se as obras previstas, a cargo da Parque Escolar, vão ou não avançar e criticam silêncio do ministro

O grupo parlamentar do Partido Socialista (PS) entregou na terça-feira na Assembleia da República uma pergunta dirigida ao ministro da Educação, Nuno Crato, sobre a requalificação do Liceu de Camões. Os deputados querem saber se a intervenção prevista para esta escola secundária de Lisboa vai avançar e criticam Governo e Parque Escolar por nada dizerem sobre o caso.

"Tem o Governo consciência do estado de conservação do edifício do Liceu [de] Camões?" Esta é a primeira de quatro questões formuladas pelos deputados socialistas Rui Paulo Figueiredo, Acácio Pinto e Pedro Delgado Alves. "Temos acompanhado o assunto e achamos estranho que toda a gente se interesse por este tema excepto o Ministério da Educação e a Parque Escolar", explica ao PÚBLICO Figueiredo, que é também líder do grupo do PS na Assembleia Municipal de Lisboa.

O Liceu de Camões estava na lista de estabelecimentos de ensino a requalificar pela Parque Escolar e o

início das obras chegou a estar marcado para Agosto de 2011. A execução do projecto, da autoria do arquitecto Falcão de Campos, exige um investimento de 18 milhões de euros. No entanto, o processo foi suspenso por ordem do Governo e não se sabe se vai avançar, nem quando. Em Dezembro de 2013, a Parque Escolar limitou-se a dizer ao PÚBLICO que o valor da obra "não está previsto" no seu orçamento para 2014. "É chocante a total ausência de informação", afirma Rui Paulo Figueiredo.

Nos últimos dois anos multiplicaram-se iniciativas de professores, alunos, ex-alunos e pais para angariar verbas para fazer obras pontuais na escola. Depois de uma gala realizada a 12 de Novembro no Coliseu dos Recreios para angariar 20 mil euros para a reparação das janelas e do escudo que está sobre a porta principal, rachado e em risco de queda, até o presidente da Comissão Europeia e ex-aluno do Camões, Durão Barroso, anunciou que vai doar parte do Prémio Europeu Carlos V, que recebeu em Janeiro, para ajudar às obras.

O PS considera "lamentável" que o Governo e a Parque Escolar nada tenham dito sobre os relatórios do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e da própria Câmara de Lisboa, que atestam o avançado estado de degradação dos edifícios e sublinham os riscos para quem os frequenta.

Rui Paulo Figueiredo desafia Crato a visitar o liceu.

paraiso
desde 1979

PROPOSTA EM CARTA FECHADA
Insolvência de Cimpomóvel Imobiliária SA

Garagens
Avenidas Novas Lisboa
Maia e Porto

3 Lojas
Maia

Entrega de Propostas até 26 de Fevereiro
Agência de Leilões Paraiso
R. Andrade 2171, 4150-110 LISBOA T: 21 215 122 334 F: 21 519 453 345

Abertura de Propostas a 27 de Fevereiro às 15:30
Rua Manuel Iago, 51 2370-133 Miraflores
Paraiso Imobiliária em www.paraiso.pt info@paraiso.pt



Campanha de escravos

SÃO CADA VEZ MAIS OS IMIGRANTES QUE APANHAM AZEITONA NO ALENTEJO A TROCO DE UM PRATO DE SOPA

O aumento da produção nos olivais e nas vinhas e a dificuldade de os empresários agrícolas encontrarem mão de obra nacional para trabalhar na agricultura transformaram o Alentejo, nestes últimos quatro anos, num dos principais destinos de imigrantes brasileiros, ucranianos, cabo-verdianos e, mais recentemente, da Romênia e da Bulgária. Vêm com a promessa de trabalho bem remunerado, sobretudo na apanha da azeitona. Mas muitos deles encontram fome, miséria e muitas horas de pesadelo.

Esta mão de obra clandestina foi este ano fortemente combatida pelas autoridades nos campos alentejanos em operações conjuntas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e da Guarda Nacional Republicana (GNR). Na manhã de 13 de novembro, 24 imigrantes romenos foram resgatados des-

tas forças do trabalho 'escravo' numa herdade próxima de Beja. As vítimas, que vieram para a apanha da azeitona, chegaram a viver numa casa sem o mínimo de condições de habitabilidade. "Temos apenas uma casa de banho para todos e quatro camas, onde dormem 16 pessoas", disse, na altura, um desses imigrantes.

Manuel (nome fictício) não quis ser identificado com receio de "represálias". Foi em outubro que este romeno, de 32 anos, fez as malas para viajar milhares de quilômetros com destino ao Alentejo. Tinha a promessa de ganhar entre 3 e 3,50 euros por hora na apanha da azeitona, um contrato de trabalho e habitação. Na realidade, depois de lhe ser descontado o transporte, a renda de casa, as despesas da eletricidade e a única refeição diária, o homem ganhava menos de um euro por dia. Trabalhava das 07h00 às 20h00 a troco de nada. "Eles mentiram-nos, prometeram muito mas não deram nada. Passámos muita



"A livre circulação na UE provoca a falta de controlo e a inexistência de contratos de trabalho"

Alberto Matos
Associação Solidarie-
dade Imigrante

"Passámos muita fome, éramos ameaçados para não sairmos de casa. Éramos autênticos escravos"

Manuel
(nome fictício)
romeno, 32 anos

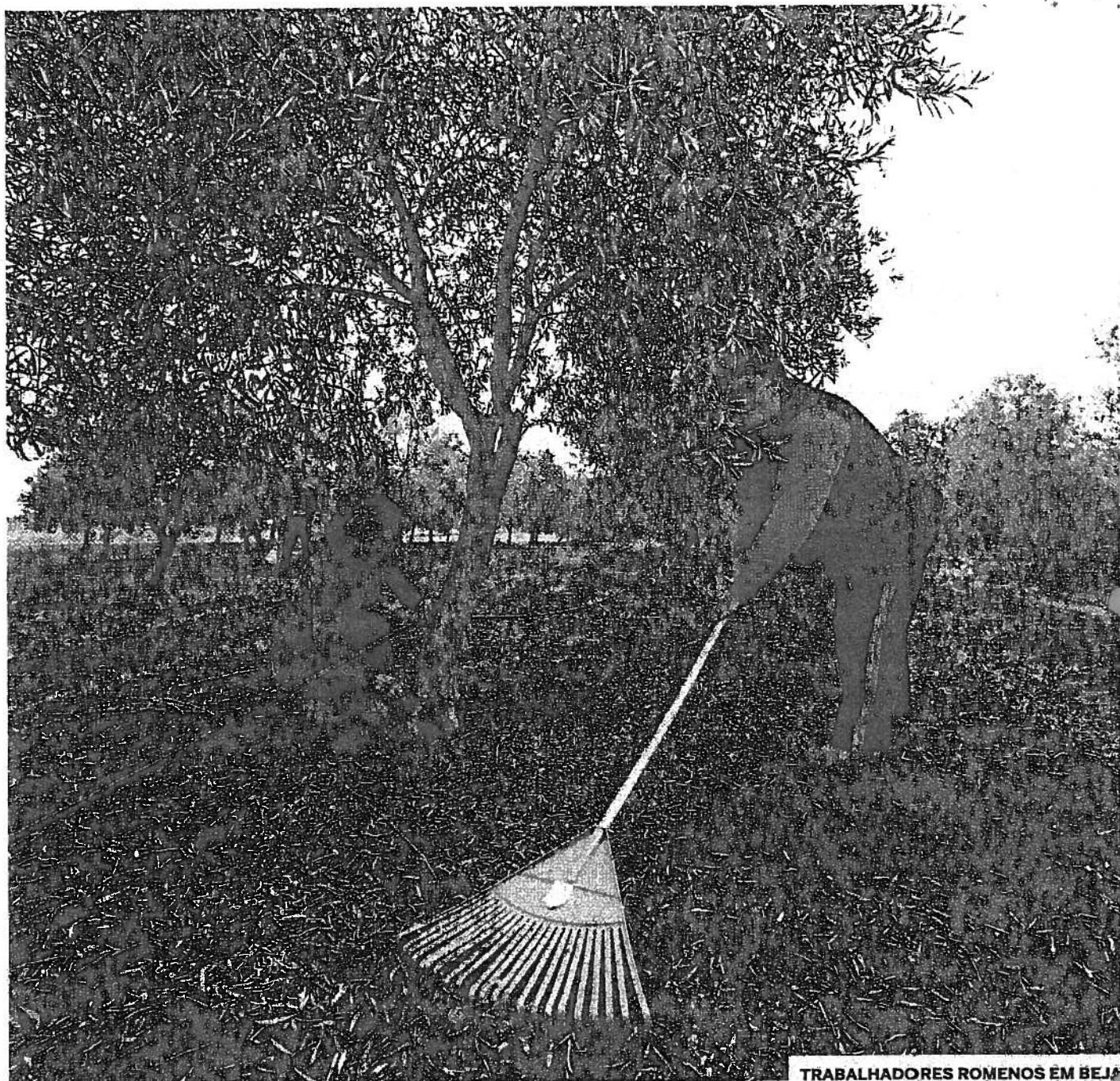
fome, éramos ameaçados para não sairmos de casa, para a polícia não nos apanhar. Fomos autênticos escravos", disse Manuel, não escondendo o desespero por que passou.

Nesta operação, o SEF deteve quatro pessoas com idades entre os 23 e os 51 anos, também de nacionalidade romena. Alegadamente vigiavam e controlavam os seus compatriotas, proibindo que estes saíssem da herdade. Os quatro indivíduos, depois de terem sido presentes, para interrogatório judicial, no Tribunal de Beja, foram acusados da prática do crime de tráfico de seres humanos. Ficaram em prisão preventiva.

Dez mil imigrantes

Segundo dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), em dezembro passado estavam inscritos nos centros de emprego do Alentejo 29 973 cidadãos. No entanto, são imigrantes que ocupam a maioria das 'vagas' do trabalho agrícola.

Entre outubro e dezembro, época da apanha da azeitona,



TRABALHADORES ROMENOS EM BEJA

passaram pelos campos do Alentejo mais de 10 mil imigrantes, na sua maioria romenos. Alberto Matos, responsável da delegação do Alentejo da Associação Solidariedade Imigrante, explica que os romenos e os búlgaros são cidadãos comunitários com livre circulação entre os países. "Isso provoca grande falta de controlo e, consequentemente, a inexistência de contratos de trabalho, de descontos para a Segurança Social e até a falta de pagamento de salário." Este responsável não tem dúvidas de que é preciso uma atuação mais forte junto dos "donos da azeitona" no

Nos arredores de Beja, houve quem visse trabalhadores a procurarem comida junto de caixotes do lixo

sentido de evitarem abusos contra estes trabalhadores. Algumas empresas escondem-se atrás dos empregadores, procurando não ter grandes responsabilidades nem uma ligação direta com a mão de obra. "Há uma cadeia de irresponsabilidade que se vai multiplicando", diz Alberto Matos.

Os casos de 'escravatura' foram também seguidos de perto pela ministra da Agricultura. Numa visita ao Alentejo, Assunção Cristas condenou o tráfico de trabalhadores romenos e assegurou mais "fiscalização" nos olivais. "Espero que os casos que têm vindo a público sirvam

como exemplo daquilo que não se pode fazer", referiu a ministra.

Nos arredores de Beja, houve quem visse alguns dos 'escravos' a procurarem comida junto de caixotes do lixo. Acabaram por ser ajudados pela Cáritas. Teresa Chaves, presidente desta instituição na cidade, disse que todos os anos estas situações se repetem, principalmente na altura da vindima e da apanha da azeitona. A diferença é que, "ao contrário de anos anteriores, os pedidos de ajuda chegam em grupos e não individualmente". Por vezes, é necessário solicitar a ajuda da Cruz Ver- ▶



OPERAÇÃO EM FERREIRA DO ALENTEJO



APREENSÃO DE AZEITONA ROUBADA

► melha e da Segurança Social nos "casos mais delicados".

Desde que a atual campanha da azeitona começou, a Cáritas Diocesana de Beja já ajudou perto de uma centena de imigrantes, entre os quais 20 romenos e um casal búlgaro. Estes trabalhadores terão passado fome depois de várias semanas sem receberem qualquer remuneração pelo trabalho efetuado. O caso foi denunciado à PSP de Beja pelo casal búlgaro que integrava o grupo. Segundo a queixa apresentada às autoridades, os angariadores dos imigrantes – um casal romeno com residência em Espanha – não terão pago aos trabalhadores aquilo que estava acordado.

Depois de visitar a casa onde estavam alojados os imigrantes, junto ao Parque Industrial de Beja, a polícia detetou fortes indícios de carência alimentar, contactando de imediato a Cáritas para prestação de ajuda alimentar e de alojamento.

Entretanto, a delegação de Beja do SEF interrogou todos os envolvidos: trabalhadores, os dois angariadores e três representantes da empresa contratadora. Alegadamente, a empresa não pagava aos angariadores enquanto estes não apresentassem um documento comprovativo da sua situação fiscal. Com a mediação do SEF, as três partes chegaram a acordo e as contas foram acertadas.

O caso foi encaminhado para o Ministério Público. Mais tarde, os dois angariadores romenos foram constituídos arguidos por alegado tráfico de seres humanos. Os trabalhadores rumaram a Espanha.

'Azeitona Segura'

A vinda de imigrantes para estes trabalhos sazonais na agricultura poderá ter um forte aumento na próxima campanha da azeitona, até porque o olival intensivo e superintensivo, plantado nos últimos anos no Alentejo, só muito recentemente começou a dar fruto. As autoridades prometem manter a vigilância, não só à exploração dos trabalhadores como também aos furtos de azeitona.

Para combater a criminalidade, há quase uma década que os militares da GNR fiscalizam os olivais no âmbito da operação 'Azeitona Segura', projeto iniciado pelo Destacamento Moura e vencedor de um prémio de Boas Práticas no Setor Público. Nas mais de quinhentas ações realizadas desde novembro nos distritos de Portalegre, Évora e Beja, foram apanhados em flagrante 36 assaltantes e apreendidos 16 mil quilos de azeitona. Segundo os dados fornecidos pela GNR, a maioria dos furtos ocorreu nas regiões de Beja, Campo Maior, Elvas, Ponte de Sor, Avis e Reguengos de Monsaraz.

"Os autores dos furtos são de várias nacionalidades, e muitos conhecem bem o terreno e têm um circuito para depois escoar a azeitona", referiu o tenente-coronel Carlos Belchior, da GNR de Portalegre, distrito no qual se registou o maior número de detenções (33) e onde foram apreendidos 11 600 quilos de azeitona. No mercado negro, o quilo deste fruto pode chegar aos 20 centimos. "Quem pode entregar a azeitona nos lagares são apenas os produtores registados. Atualmente estão a receber pouco mais de 30 centimos por quilo", disse um agricultor, que preferiu o anonimato. ☉

"Muitos têm dificuldade em denunciar"



BISPO DE BEJA

A precariedade entre os trabalhadores sazonais foi também denunciada pelo bispo de Beja. D. António Vitalino Dantas sabe que há intermediários, por vezes compatriotas dos próprios imigrantes, que procuram ameaçar e enganar os trabalhadores. Muitos desses homens e mulheres "têm dificuldade em denunciar" a situação que

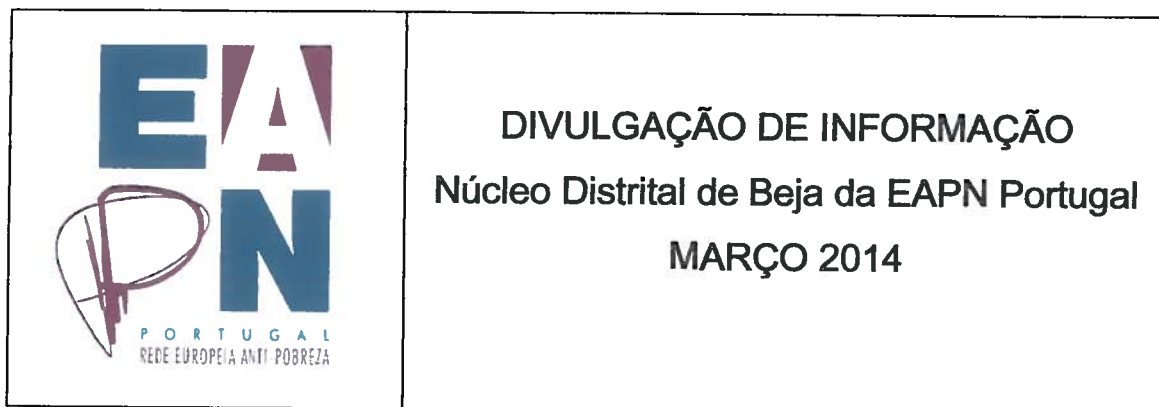
vivem e as ameaças a que são sujeitos. "A Igreja está atenta a estes casos, porque são pessoas fragilizadas, que têm muitos medos", frisou o bispo de Beja, sobre um fenómeno que, nos últimos tempos, adquiriu maior expressão junto dos trabalhadores agrícolas sazonais provenientes da Roménia e da Bulgária.

11

12

13

14



Arguidos por tráfico de seres humanos julgados em Tribunal de Beja

Rádio Pax - 19/03/2014 - 14:22

-  Partilhar
-
-
-

Dez indivíduos de nacionalidade romena estão a ser julgados no Tribunal de Beja pelos crimes de tráfico, exploração de seres humanos e extorsão.

Quatro dos indivíduos estão em prisão preventiva e seis em liberdade. Os arguidos têm idades compreendidas entre os 28 e os 60 anos.

Os indivíduos que foram constituídos arguidos devido ao contrato de 22 trabalhadores para a apanha da azeitona em Beja estão a ser julgados no Tribunal de Beja.

Os 22 imigrantes queixaram-se à PSP de Beja das condições em que eram mantidos. Os trabalhadores recebiam apenas 5 euros por dia dos 30 prometidos e viviam em condições desumanas, chegando mesmo a passar fome. A Cáritas de Beja foi chamada apoiar os imigrantes que entretanto já deixaram o país.

Fonte: <http://www.radiopax.com/index.php?go=noticias&id=3409>

Escravos na apanha da azeitona não ganhavam um euro por dia

Quinze romenos trabalharam na apanha da azeitona, no Alentejo, como escravos. Contratados por alegadas máfias do Leste, não ganharam um euro por dia de trabalho: receberam dez euros para dividir entre eles.

Sessenta e seis cêntimos por dia foi quanto ganharam os 15 romenos escravizados na apanha da azeitona em Serpa. Revoltados, conseguiram queixar-se às autoridades, que os identificaram e alertaram o Consulado da Roménia, em Faro, que tudo tem feito para os ajudar e afastar dos homens que os contrataram naquele país para escravizar em Portugal.

Imigrantes romenos explorados na apanha da azeitona no Alentejo

Recrutados por organizações do próprio país, chegam com a promessa de salários de 800 euros. Muitos passam fome, são maltratados e regressam sem um tostão

Trabalho
Carlos Dias

Durante um interrogatório realizado no Tribunal de Serpa no passado dia 7 de Dezembro a oito cidadãos romenos que vinham acusados do crime de tráfico de pessoas, foram ouvidos vários trabalhadores sequestrados oriundos deste país do Leste europeu e um deles relatou ter perdido 23 quilos por força dos maus tratos que recebeu e da fome a que foi sujeito durante várias semanas. "Estava um farrapo humano", descreveu uma das pessoas presentes na audição dos testemunhos que contribuíram para a prisão preventiva de quatro dos oito indivíduos detidos pela Polícia Judiciária em Aljustrel.

Este exemplo reflecte uma persistente realidade no dia-a-dia dos imigrantes romenos que rumam ao Alentejo no início do Outono, contratados por compatriotas seus para trabalhar durante dois ou três meses na apanha da azeitona. O seu número cresce de ano para ano, à medida que aumenta a produção nos novos olivais intensivos, assim como os casos de exploração de mão-de-obra, sem que as autoridades portuguesas se decidam a "recebê-los em condições dignas", protesta Sérgio Engana, presidente da Junta de Freguesia da Salvada no concelho de Beja. Há três anos a esta parte que se insurge contra a situação degradante de ver cidadãos romenos que chegam à sua terra a alimentarem-se do que é deixado nos contentores do lixo, enquanto outros se colocam à porta de estabelecimentos comerciais a pedir dinheiro para comprar pão.

Em Outubro passado, a população da Salvada ficou consternada quando um imigrante romeno foi assassinado por um compatriota seu que lhe desferiu uma facada no peito, numa casa da localidade onde viviam amontoados. Os cigarros que faltavam num maço de tabaco foram a causa apresentada às autoridades, para justificar a mortal agressão. O autarca não estranha que o móbil do crime fosse associado a "um acto tão fútil", dadas as constantes situações de "violência gratuita" a que

as redes de tráfico sujeitam cidadãos romenos.

"Nunca pensei que os trabalhos nos campos do Alentejo dessem esta volta", salienta Sérgio Engana de 35 anos, recordando histórias que o seu avô lhe contou sobre a migração de pessoas vindas das Beiras, os "ratinhos", que chegavam ao Sul do país para trabalhar na ceifa ou na apanha da azeitona nos anos 40 e 50 do século passado, onde eram sujeitos a um regime de "trabalho desumano sem quaisquer direitos".

Os grupos de imigrantes romenos que chegam ao Alentejo são transportados em viaturas de nove lugares ou em autocarros, incluindo mulheres e crianças. "Muitos nem sequer sabem que o seu país pertence à União Europeia e em que país se encontram", constatou Alberto Matos, dirigente da Associação Solidariedade Imigrante (Solim), que em Beja dá apoio aos que se deslocam para trabalhar na região.

Grande parte destes imigrantes são na sua maioria de origem cigana e oriundos da aldeia de Farcasele, zona rural situada no Sul da Roménia, próximo da cidade de Craiova. "Prometem-lhes 800 euros por mês na apanha da azeitona", conta Alberto Matos. E asseguram-lhes que, se as coisas correrem mal no nosso país, a Segurança Social "garante alimentação e alojamento e até paga as viagens de regresso à Roménia". Alguns foram avisados da ocorrência de incidentes em campanhas anteriores na apanha de azeitona, mas, mesmo assim, "arriçam porque têm pouco a perder", observa Alberto Matos.

Quando são ameaçados ou sujeitos a actos de violência física, "querem ir-se embora rapidamente sem apresentar queixa", explica ao PÚBLICO o dirigente da Solim. Está convencionado de que é "totalmente irrealista" pensar que os imigrantes romenos vítimas de maus tratos e de incumprimento do seu contrato de trabalho possam subsistir, aguardando pelo desenrolar do processo no Tribunal de Trabalho. Nestas circunstâncias fica impune quem os "contrata" e utiliza esta mão-de-obra "ao preço da chuva", nomeadamente "grandes



Imigrantes chegam em carrinhas ou autocarros e muitos nem sequer sabem em que país se encontram

"Nunca pensei que os trabalhos nos campos do Alentejo dessem esta volta"

Sérgio Engana
Presidente da Junta de Freguesia da Salvada, no concelho de Beja

agricultores e empresas que deviam ser responsabilizados solidariamente com os empregadores", considera Alberto Matos.

O PÚBLICO obteve cópia de um contrato de trabalho que foi celebrado entre uma empresa unipessoal constituída por um cidadão romeno radicado em Portugal há vários anos e um seu compatriota. Este fica obrigado a trabalhar das 8h às 13h e das 14h às 17h por um salário de 485 euros mensais, "recebido em dinheiro" e "passível de descontos legais". O montante salarial inclui o subsídio de refeição, que é de 4,5 euros.

Para lá da questão salarial e do horário laboral, nada mais está contemplado no contrato de trabalho. Para resolver eventuais litígios entre entidade empregadora e trabalha-

dor o documento remete a sua resolução para o Tribunal de Trabalho de Beja.

Contrato "à jorna"

Depois de contratados, os cidadãos romenos são enviados para as explorações agrícolas com as quais as empresas de contratação de mão-de-obra romena acordam um contrato "à jorna", recebendo em média 42 euros diários por cada trabalhador, o que perfaz uma verba mensal entre os 1200 e 1300 euros. Deste montante, o trabalhador recebe 485 euros, deduzidos eventuais descontos, mas são frequentes as situações em que não há qualquer retribuição.

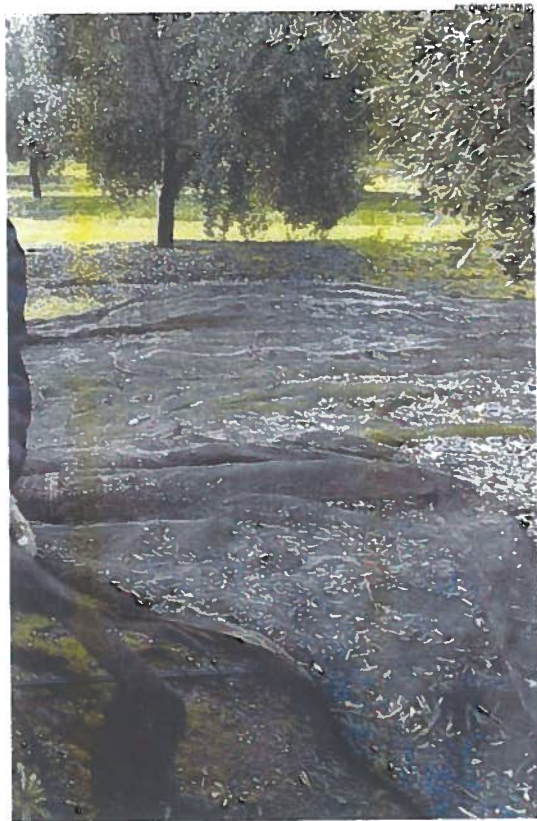
Os documentos foram facultados por dois imigrantes romenos que

50 mil

No Alentejo estão plantados cerca de 50.000 ha de novo olival, exigindo todos os anos milhares de trabalhadores em regime sazonal

600

Durante a actual campanha, a GNR já identificou cerca de 600 trabalhadores imigrantes, na sua maioria romenos e ucranianos



trabalharam numa herdade em Beja, entre 7 de Novembro e 4 de Dezembro, sem que tivessem recebido qualquer pagamento salarial. Para sobreviver pediram ajuda na Cáritas de Beja para o pagamento da viagem de regresso à sua terra, o que acabou por lhes ser concedido, mas "difícilmente outras situações do género poderão ser contempladas devido à falta de verbas" por parte da instituição, advertiu Teresa Caeiro, presidente da Cáritas de Beja. Alberto Matos admite que, quando a campanha da azeitona terminou, possam "multiplicar-se os pedidos de apoio para a viagem de regresso à Roménia".

Em Dezembro de 2010 o bispo de Beja, D. António Vitalino Dantas, denunciava a existência de "bolças

de exploração de mão-de-obra imigrante", realçando as condições de trabalho e de acolhimento "muito longe do humanamente aceitável". O teor desta alerta fez deslocar a Beja o deputado do PSD Mendes Bota, que confirmou a existência do que classificou como "zonas de penumbra entre o trabalho escravo e não-escravo".

Decorridos dois anos o deputado do PCP João Ramos pergunta ao Ministério da Solidariedade e da Segurança se está a par de "formas de exploração do trabalho praticadas há vários séculos atrás". A alguns desses trabalhadores, prossegue o deputado comunista, "é-lhes pago um valor estipulado por quilograma de azeitona apanhada, sem outro tipo aparente de vínculo" laboral.

Trabalho duro, intenso e repetitivo

Na apanha de azeitona nos novos olivais alentejanos ainda se recorre a processos artesanais. Enquanto no olival superintensivo a recolha é executada por máquinas, no olival intensivo, onde a densidade de árvores por hectare ronda os 300 exemplares, recorre-se ao sistema misto, que envolve uma máquina de vibração e o varejamento manual.

São 14 os trabalhadores que acompanham o trabalho de cada máquina, equipamento que é alugado a empresas espanholas. O seu condutor é espanhol. Aos portugueses é atribuída a condução das "moto-quatro", que têm como tarefa arrastar as redes que cobrem o solo para nelas recolher as azeitonas que a máquina vibratória e o varejamento manual que fica a cargo de trabalhadores romenos libertam das oliveiras.

Não raro, o mau tempo, o frio ou a chuva intensa transformam os solos agrícolas num lamaçal onde se torna difícil caminhar. É neste ponto que se revela a dureza do trabalho suportado pelos imigrantes romenos, na maioria dos casos subalimentados. A jornada pode chegar às 11 horas, todos os dias do mês, e o ritmo da tarefa é intenso, repetitivo. Cada máquina necessita de 14 pessoas a dar apoio para recolher azeitona de uma média de 3000 árvores/dia e durante dois ou três meses.

As formas de pagamento do trabalho são variadas: por quilo de azeitona recolhido, por hectare varejado, ou o ordenado mínimo nacional no final de cada mês.

No Alentejo haverá 50.000 hectares de novo olival, o que significa que são necessários todos os anos vários milhares de trabalhadores em regime sazonal que a região não tem para suprir as necessidades, o que abre terreno às redes de exploração de mão-de-obra.

Autoridades preocupadas com roubos e liquidação de IVA

Carlos Dias

Com o arranque da actual campanha de apanha de azeitona, a GNR inicia a operação *Azeitona Segura* para prevenir o furto do produto. As equipas incluem inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), da Segurança Social (SS) e da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA).

Nas 25 acções já desencadeadas, o Comando Territorial de Beja da GNR anunciou recentemente ter fiscalizado cerca de 600 imigrantes, romenos e ucranianos na sua esmagadora maioria. Foram detidas oito pessoas por furto de azeitona num olival no concelho de Beja. As autoridades apreenderam no decurso das suas intervenções 1105 quilogramas de azeitona.

A ACT disse que "identificou" um grupo de 26 pessoas em trabalhos de apanha de azeitona durante uma acção inspectiva conjunta com o SEF, a ATA e a GNR "que detinham autorização para residir em Portugal e desenvolver actividade profissional". Sobre as condições contratuais impostas aos imigrantes, níveis salariais, regimes de trabalho e condições de alojamento dos imigrantes romenos as autoridades não divulgaram qualquer informação.

Porém, num ofício da GNR de Ferreira do Alentejo enviado ao presidente da câmara local, é descrito o tipo de alojamento que é oferecido aos imigrantes envolvidos nas campanhas de apanha de azeitona.

O documento faz referência a cidadãos de nacionalidade estrangeira que se encontram a trabalhar em explorações agrícolas do concelho, na apanha da azeitona, "e se encontram alojados em espaços sem as mínimas condições de habitabilidade", em que foram detectadas "situações de 30 indivíduos a viver em casas de duas assoalhadas".

No levantamento que a GNR fez às condições de habitabilidade de imigrantes no concelho de Ferreira do Alentejo, constatou que em apenas cinco casas residiam entre 180 a 200 imigrantes em condições "impróprias".

Todas as situações verificadas são "bastante preocupantes em termos de condições de higiene e saneamento básico", devido ao "elevado número de pessoas por habitação". Acresce ainda que os indivíduos que nelas habitam "denotam falta de higiene, deambulando por vezes pelas ruas limítrofes, com especial incidência nos caixotes do lixo à procura de alimentos", adianta o comando da GNR de Ferreira do Alentejo.

Estas condições, refere-se no ofício, "poderão constituir um sério problema de saúde pública, bem como um desrespeito da condição humana desses mesmos trabalhadores", podendo vir "a acarretar um conjunto de causas e consequências nefastas, como doenças contagiosas, crime organizado, exploração laboral e sexual". O presidente da Junta de Freguesia da



GNR encontrou quase 200 imigrantes a viverem em cinco casas em condições impróprias

Salvada denunciou a tentativa de rapto de uma menina na localidade que "felizmente não se consumou".

Para além destes problemas de âmbito social, a Autoridade Tributária já alertou os empresários agrícolas para o IVA que as empresas unipessoais constituídas por cidadãos romenos não entregam. O deputado do PSD Mário Simões alertou na Assembleia da República para esta fuga ao fisco que pode chegar aos 4 milhões de euros.

Os agricultores receiam consequências após a Autoridade Tributária os ter informado de que "são solidários com o prestador de serviços pela entrega do IVA facturado", uma referência às empresas que lhes fornecem a mão-de-obra. Temem ter de o pagar novamente. O deputado do PSD vai informar o ministro das Finanças deste expediente a que recorrem empresas constituídas "na hora", para que se encontre uma solução que não penalize os empresários agrícolas, nem o erário público.

Imigrantes romenos explorados na apanha da azeitona no Alentejo

CARLOS DIAS

Público, 29/12/2012

Recrutados por organizações do próprio país, chegam com a promessa de salários de 800 euros. Muitos passam fome, são maltratados e regressam sem um tostão.



Imigrantes chegam em carrinhas e autocarros e muitos não sabem em que país se encontram

Durante um interrogatório realizado no Tribunal de Serpa, no passado dia 7, a oito cidadãos romenos que vinham acusados do crime de tráfico de pessoas, foram ouvidos vários trabalhadores sequestrados oriundos deste país do Leste europeu e um deles relatou ter perdido 23 quilos por força dos maus tratos que recebeu e da fome a que foi sujeito durante várias semanas.

"Estava um farrapo humano", descreveu uma das pessoas presentes na audição dos testemunhos que contribuíram para a prisão preventiva de quatro dos oito indivíduos detidos pela Polícia Judiciária em Aljustrel.

Este exemplo reflete uma persistente realidade no dia-a-dia dos imigrantes romenos que rumam ao Alentejo no início do Outono, contratados por compatriotas seus para trabalhar durante dois ou três meses na apanha da azeitona.

O seu número cresce de ano para ano, à medida que aumenta a produção nos novos olivais intensivos, assim como os casos de exploração de mão-de-obra, sem que as autoridades portuguesas se decidam a "recebê-los em condições dignas", protesta Sérgio Engana, presidente da Junta de Freguesia da Salvada no concelho de Beja.

Há três anos a esta parte que se insurge contra a situação degradante de ver cidadãos romenos que chegam à sua terra a alimentarem-se do que é deixado nos contentores do lixo, enquanto outros se colocam à porta de estabelecimentos comerciais a pedir dinheiro para comprar pão.

Romenos no Alentejo

Leitor anónimo

Venho denunciar uma situação que infelizmente deve acontecer muito nesta altura no nosso Alentejo, mas as entidades que devem agir nada fazem, nomeadamente o SEF.

Toda a gente sabe que nesta altura dezenas de romenos vêm trabalhar para a azeitona. Aqui, na antiga panificadora, em Corte Vicente Anes, estão a pernoitar cerca de 40 romenos, entre eles um que os outros dizem que está "sequestrado", um Stanciu Irinel, porque está com problemas de saúde e, como não pode trabalhar, o líder do grupo (George) e os seus três filhos (Bobi, Sori e Remus) estão a exigir à família do desgraçado milhares de euros para o enviarem para a Roménia a salvo.

Os outros trabalham na apanha da azeitona e costumam cá chegar à panificadora por volta das 18 horas.

Já foram denunciar o caso ao SEF, mas lá eles não querem saber de romenos porque são da UE e um deles diz que ouviu uma mulher num gabinete do SEF a gritar que não queria saber nada de romenos, que estava farta de romenos!

É o país que temos. Se não interessa às autoridades pode ser que interesse ao público.

Perdoe-me não me identificar mas este meio é muito pequeno...

TRABALHO

O olival de Beja não dá só azeitona

Também há problemas. Autoridades locais estão preocupadas com **condições de vida dos trabalhadores**



Berikesa no armazém onde vive com a família, em Baleizão FOTO ALBERTO FRIAS

Berikesa tem uma panela com sopa de frango e legumes ao lume. O fogão está a dois passos da cama, que está a dois passos da cama seguinte, que está colada à cama seguinte. É difícil contar todas as colchas coloridas sobre os colchões espalhados à volta do barril azul, transformado em salamandra, no meio de um armazém, que está a dois passos do armazém seguinte, que está colado ao armazém seguinte, à saída de Baleizão, no concelho de Beja.

Nos casões, como aqui se chamam aos armazéns, há apenas velhos, mulheres e crianças. Os homens, espalhados pelos enormes olivais das redondezas, atacam oliveira atrás de oliveira. A história repete-se todos os anos: nos três meses da apanha da azeitona, de novembro a janeiro, centenas de imigrantes mudam-se para o distrito de Beja à

EXCLUSÃO

50

famílias ciganas de Beja foram realojadas em 2006 numa zona afastada da cidade e têm até hoje um muro à sua volta e muito poucas condições de vida. O European Roma Rights Center, a mais conhecida ONG de defesa dos ciganos, apresentou em 2010 queixa ao Conselho da Europa

nha, um trabalhador foi morto à facada no apartamento de dois quartos que partilhava com ou-

nião Europeia, como Portugal.

Berikeza, 48 anos, e a família, quase 20 pessoas, chegaram em 2004. Estão na azeitona até janeiro, a seguir apanham morangos em Torres Vedras, depois fruta no Bombarral, depois Tomar... terra atrás de terra, ano após ano. "Aqui tem trabalho. Na Roménia não. Este casa muito bom", diz a mulher.

Silvestre Trancão, presidente da Freguesia de Baleizão, anda preocupado. "O que me preocupa? As botijas de gás dentro daqueles casões. A falta de privacidade das pessoas e, principalmente, a falta de comida. Os caixotes de lixo que lá temos aparecem revirados, sabe?"

Baleizão tem menos de 900 habitantes durante três quartos do ano. Nos meses da azeitona, passam a mais de mil. O olival é o principal negócio da região, controlado por espanhóis e funda-

nos três meses da apanha da azeitona, de novembro a janeiro, centenas de imigrantes mudam-se para o distrito de Beja à procura de trabalho num trabalho que mais ninguém quer fazer. Trabalham de sol a sol, recebem ao dia, param quando chove, não recebem quando estão parados, vivem onde podem e desaparecem quando acabam.

Este ano, porém, algo mudou e, de repente, a história de sempre tornou-se um problema. Tão sério que, na quinta-feira, a Câmara de Beja reuniu, numa sessão extraordinária, o Conselho Municipal de Segurança. "Em Baleizão mais de uma centena de pessoas (144, segundo o SEF) pernoitam por cinco euros num edifício sem as condições mínimas exigidas por lei", explica ao Expresso o presidente da autarquia, Jorge Pulido Valente, sobre os casões onde já ferve a sopa de Berikessa.

"Prejuízo incalculável"

Agora todos estão atentos, da Autoridade para as Condições do Trabalho aos serviços sociais da autarquia, passando pela Cáritas e pelo Banco Alimentar. Garantir alimentação adequada a todos e atenção especial às crianças é a prioridade. "Temos de saber integrar estas pessoas, a maior parte das quais romenos, dar-lhes condições de trabalho e de vida. Estão a ajudar-nos. Não temos gente para este trabalho e seria um prejuízo incalculável para a região não poder rentabilizar os olivais", adianta Pulido Valente.

Há pouco mais de uma semana, em Salvada, freguesia vizi-

nha, um trabalhador foi morto à facada no apartamento de dois quartos que partilhava com outras sete pessoas. Um dia antes, numa operação Stop, a GNR tinha identificado mais de 240 cidadãos romenos, todos a trabalhar na apanha da azeitona.

"Nos últimos dois anos aumentou o número de cidadãos romenos", afirma o capitão Eduardo Lérias, da GNR de Beja. Um incremento que resulta de, desde 2011, os romenos não precisarem de autorização para trabalhar em alguns países da



FISCALIZAÇÃO

AZEITONA SEGURA

É o nome da operação que a GNR preparou para os meses da apanha da azeitona nos comandos de Portalegre e de Beja. Além do reforço do patrulhamento e de ações de fiscalização, o contacto dos militares com proprietários e trabalhadores permite recolher informações e dados sobre o sector. Nos últimos cinco anos, acentuou-se a substituição de trabalhadores portugueses por imigrantes nos olivais.

ÁREAS DIVERSAS

O presidente da Câmara de Beja defende que o Governo deveria assumir a coordenação do processo de fiscalização em Baleizão, já que envolve várias áreas: condições de trabalho, vistos, condições de habitabilidade e ação social.

ano. Nos meses da azeitona, passam a mais de mil. O olival é o principal negócio da região, controlado por espanhóis e fundamental para a economia local. Mas não há gente que chegue para a apanha e, quando há, é mais caro. "O português pede 40 ou 50 euros por dia. Eles trabalham por 30", diz um habitante.

Por isso, trazidos por angariadores ou por si próprios, "eles" vêm e trazem as famílias. Andam em grupo, falam uma língua estranha e fecham-se a estranhos. Os da terra desconfiavam. É terreno fértil para boatos, mas as autoridades garantem que não há qualquer pico de criminalidade nestes meses.

Pulido Valente, o autarca eleito pelo PS, que na véspera tinha visitado os armazéns, gostava de ver o Governo assumir a coordenação de todo o processo. O presidente da junta, eleito pela CDU, diz ao Expresso que gostava que alguns "habitantes de Baleizão tivessem as mesmas condições de vida que têm os trabalhadores da azeitona".

O dono dos casões, António Palminha, gostava que as obras que está a fazer andassem mais depressa. "Esta gente vem para aqui, ninguém lhes aluga casa e eles têm de trabalhar. Aqui têm casa de banho, cozinha, aquecedores, eletricidade. Estou a isolar os tetos... É melhor do que estarem no monte".

Berikessa tem a sopa pronta. Em breve será noite. Em breve será janeiro. Em breve haverá morangos para apanhar longe daqui.

ALEXANDRA CARITA
e RICARDO MARQUES

rmarques@expresso.imprensa.pt



28/11/2012 - 00h05

João Ramos questionou Governo sobre a imigração no distrito de Beja

João Ramos, deputado do PCP eleito por Beja, questionou os Ministérios da Solidariedade Social, Administração Interna e da Economia e Emprego sobre os imigrantes no distrito de Beja. O grupo parlamentar do PCP tem recebido alertas sobre situações laborais e de condições de vida de imigrantes que chegam nesta altura ao distrito de Beja. O PCP refere que podem "haver indícios de exploração laboral" já que "as necessidades de trabalhadores não são reportadas ao Centro de Emprego, e também porque a alguns destes trabalhadores é-lhe pago um valor estipulado por quilograma de azeitona apanhada, sem outro tipo aparente de vínculo". O grupo parlamentar do PCP refere ainda que lhe foram descritas "várias situações de imigrantes literalmente amontoados nos locais de residência com dezenas de pessoas a partilhar instalações sem as mínimas condições, de segurança, privacidade e conforto". Entre esses grupos é referida a presença de crianças que permanecem à guarda de um adulto sem frequentarem qualquer estabelecimento de ensino, diz ainda o PCP.

De acordo com João Ramos foram estas denúncias e "incertezas" que levaram o grupo parlamentar a questionar e confrontar os diversos ministérios sobre esta matéria.

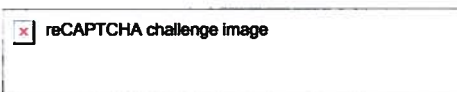
Não há comentários
Comentar:

Nome: _____

E-mail: _____

Mensagem: _____

Escreva o código visível na imagem.



[Privacy & Terms](#)

enviar

- Conselho Social e Económico quer criar Observatório Concelhio e Agenda para o Desenvolvimento
28/11/2012 - 00h05
- João Ramos questionou Governo sobre a imigração no distrito de Beja
28/11/2012 - 00h05
- Câmara de Beja reúne com Instituto do Território
28/11/2012 - 00h05
- IPBeja aderiu à Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território
28/11/2012 - 00h05
- Transporte Colectivo da Freguesia de Ourique arranca segunda-feira
28/11/2012 - 00h05
- Operação "Folha" da PSP arranca hoje
28/11/2012 - 00h05
- Beja Toastmasters Club recebe Ana Margarida Ramalho
28/11/2012 - 00h05
- Cruz Vermelha e REFER assinam contrato
28/11/2012 - 00h05
- Cela da Silva toma posse hoje
27/11/2012 - 00h14
- Bancos voltam a cortar na avaliação das habitações no Alentejo
27/11/2012 - 00h13

pag 1 de 1538
anterior - seguinte



Gastronomia · Produtos Regionais · Animação

Festival da Batata-doce de Aljezur

30 NOV > 02 DEZ

Espaço Multiusos de Aljezur



VIDIGUEIRA

PJ procura moldavo sequestrado

► A Polícia Judiciária procura um homem de nacionalidade moldava alegadamente raptado próximo de Vidigueira e mantido prisioneiro por um grupo criminoso que se dedica ao tráfico e à exploração de mão-de-obra ilegal. A denúncia do desaparecimento foi transmitida às autoridades pela mulher da vítima, uma cidadã moldava de 35 anos que esteve várias horas sequestrada pelo mesmo grupo. Segundo avançou ao DN fonte da GNR, o casal trabalhava numa exploração agrícola próxima de Vidigueira quando foi levado por um grupo de indi-

víduos que se supõe serem oriundos do Leste da Europa. Os raptores exigiam o pagamento de valores que dizem ter “em dívida”, relacionados com a vinda do casal para Portugal. Horas depois, a mulher seria libertada, nas proximidades da herdade onde trabalhava. “Estava desorientada e tinha vários ferimentos na cabeça que indicavam ter sido vítima de agressão”, avança a mesma fonte, acrescentando que a imigrante moldava não

conseguiu referenciar o local onde foi aprisionada pelos sequestradores. A polícia suspeita que o caso envolva redes de exploração de imigrantes. No Alentejo, várias explorações agrícolas seriam economicamente inviáveis sem a contratação de imigrantes.

“Quando se fecham as portas à imigração legal, escancaram-se as janelas para a ilegal”, diz Alberto Matos, da Associação Solidariedade Imigrante. L.M., Évora



Só oito cumpriram pena por tráfico de pessoas

"Público", 06.06.2008

Apenas oito das 49 pessoas condenadas em Portugal em 2006 por tráfico de seres humanos cumpriram pena de prisão, segundo um relatório do Departamento de Estado norte-americano que classifica como "inadequadas as punições impostas pelos tribunais portugueses".

O relatório sobre tráfico de seres humanos analisou dados entre Abril de 2007 e Março deste ano em 170 países, entre os quais Portugal. De acordo com o documento, apesar de estar a desenvolver esforços aos níveis legislativo e de prevenção, o Governo português "não cumpre ainda os padrões mínimos para eliminar o tráfico de seres humanos".

Em 2007, explica o relatório, Portugal produziu alterações ao Código Penal alargando a definição de tráfico e aumentando as penas para os traficantes. De acordo com o novo código, é punido com pena de prisão de três a 12 anos quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoas para fins de exploração sexual, de trabalho ou extracção de órgãos.

Prometiam-lhes “o paraíso” mas viram o Inferno no Alentejo

“Público”, 11.08.2009, Carlos Dias

Violência física, extorsão de dinheiro dos salários, trabalho de sol a sol, fome e medo: é este o quotidiano de imigrantes romenos e tailandeses

Selmes é uma pequena freguesia do concelho da Vidigueira. A sua população é muito devotada aos mistérios do Além e ao espírito errante do morgado da Rabadoa, desaparecido de forma dramática nos primeiros anos do século XX e cuja alma, garantem, andará a cirandar na busca do infortúnio de quem circula numa qualquer curva da estrada que liga a povoação ao mundo real.

Pois bem, é nesta terra que trata tu cá, tu lá as almas do outro mundo que uma população tolhida pelo medo foi testemunha das acções violentas de um indivíduo romeno que está ligado a práticas ilegais de tráfico de mão-de-obra do seu país, sob a capa de uma empresa de trabalho temporário e sobre o qual impendem mandados de captura.

Este indivíduo manteve numa casa em Selmes, nas últimas duas semanas, 11 imigrantes romenos sob coacção e sujeitos a agressões físicas, desde que um deles passou a frequentar o café-restaurant Refúgio de S. Gabriel. A proprietária, Joaquina Coelho, contou ao PÚBLICO que os imigrantes, vindos de Espanha, eram obrigados a levantar-se todos os dias entre a 3h e as 4h para trabalhar em explorações agrícolas a 50 ou 100 quilómetros de distância e a regressar ao final da tarde.

A casa onde pernoitam não tem qualquer mobiliário. Dormem no chão em cima de cartões, conta a proprietária do café, que ficou perplexa quando, há cerca de 10 dias, dois romenos lhe pediram, por gestos, para comer os restos das refeições que os clientes deixavam nos pratos.

O PÚBLICO esteve na povoação na manhã da última sexta-feira, horas depois dos imigrantes romenos terem sido despejados da casa onde dormiam, após a actuação de elementos do Corpo de Intervenção da GNR, que se deslocaram a Selmes para evitar a eclosão de um conflito social entre os imigrantes romenos e a população, que estava muito assustada com a sua presença. Apresentavam-se descalços, muito sujos, a cheirar mal e sempre esfomeados.

Reagindo à intervenção da GNR, o engajador que as autoridades dizem perseguir expulsou da casa os 11 emigrantes. Durante a madrugada quatro dos despejados fugiram a pé para Moura, percorrendo cerca de 20 quilómetros, sem comer há pelo menos 24 horas, para se entregar na PSP local apresentando grande debilidade física e marcas de agressão física. O caso ficou sob a alçada da Segurança Social e já regressaram à Roménia, como era seu desejo expresso.

"Andamos tão cansados..."

Esta empresa de trabalho temporário que está identificada na delegação de Beja da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) como sendo a Privo – Constantin-Daniel encontra-se associada a outra triste ocorrência que fez uma vítima mortal numa família romena.

No passado dia 13 de Junho, oito imigrantes saíram do monte do Pisanito na freguesia de Pias, concelho de Serpa, às 4h30, para executar tarefas na manutenção de um olival, na Herdade do Sobrado, em Ferreira do Alentejo, para onde se deslocaram numa carrinha de sete lugares. Quando já se encontravam próximo do local de trabalho, no troço do IP8 próximo de Figueira de Cavaleiros, o sono feito de cansaço tomou conta do motorista, Iacon Belecí, e fê-los embater no muro de uma ponte.

O condutor, que aceitou ser identificado, descreve, num razoável português, os contornos do desastre que matou um dos seus sobrinhos. "Deixámo-nos dormir todos no carro e eu também".

Além da morte do sobrinho, tem uma cunhada internada em Lisboa, em estado grave, um cunhado a quem foi extraído o baço, outro sobrinho operado à coluna e uma sobrinha de tal forma traumatizada com a morte do irmão que perdeu a razão. A esposa do condutor fracturou o fémur e o PÚBLICO foi encontrá-la na freguesia de S. Matias, no concelho de Beja, deitada numa cama sem condições. Jacob Beleci, que sofreu apenas pequenos ferimentos, chora desesperado com o drama que afectou boa parte da sua família e explica a causa do acidente. "Nós andamos tão cansados do trabalho e dormimos tão pouco..."

Para lá do medo das retaliações – as redes de contornos mafiosos não perdoam – há outro medo maior: a intervenção das autoridades portuguesas por se encontrarem em situação ilegal, e a falta de condições para suportar os encargos com as despesas no Hospital de Beja.

O desespero em que vivem impeliu-os a falar. Querem libertar-se da pressão de quem os obriga a um trabalho sem direitos e ainda por cima sujeito a extorsão de parte do que ganha, cerca de 30 euros por dia. A esposa, Lenuta Beleci, de 42 anos, teve o acidente na véspera do seu aniversário. As cicatrizes vão acompanhá-la toda a vida, nas duas pernas e numa omoplata. Procuraram Portugal pensando numa vida melhor, no "paraíso" diz ela, tentando sorrir. Ficaram cheios de dívidas."

"Fomos nós que pagámos o funeral e a trasladação do corpo para a Roménia". O que esperam agora é regressar o mais depressa possível à sua terra. Mas não podem por causa dos tratamentos de Lenuta. Deixam um agradecimento "do coração" ao médico que tratou deles e às enfermeiras do Hospital de Beja. "Ali fomos iguais aos portugueses".

A exploração desenfreada de que são vítimas impõe-lhes tarefas violentas sem direito a seguro de trabalho, segurança social, subsídio de férias e de Natal. O ordenado fica-se pelo mínimo nacional, por 8, 10 ou 12 horas de trabalho, seis dias por semana, muitas vezes aos domingos e feriados.

Alberto Matos, dirigente da Solidariedade Emigrante (Solim), tem sido testemunha ao longo dos últimos anos de casos dramáticos que vão desde o internamento no Hospital de Beja por exaustão, vítimas de ataques cardíacos e AVC devido aos longos e violentos períodos de trabalho sem descanso, classifica a presença de imigrantes oriundos de países comunitários como "a última moda".

Ao abrigo dos acordos de livre circulação na União Europeia, podem permanecer legalmente até três meses, sem comunicar a sua presença às câmaras municipais. Fazem uma campanha agrícola de dois meses em Portugal, dois meses em Espanha, dois meses em França, "sem contratos nem horários de trabalho, nem salário mínimo".

A ACT já abriu um processo de inquérito ao acidente de 13 de Junho e ao comportamento da empresa infractora, garantiu ao PÚBLICO Carlos Graça, revelando que existem provas suficientes para aplicar um castigo exemplar.

A mão-de-obra imigrante ilegal está nas mãos de "gente muito perigosa"

"Público", 11.08.2009

Manuel Candeias tem a sua empresa de trabalho temporário vai para 20 anos. Na altura era obrigado a percorrer entre 70 e 100 quilómetros para contratar meia dúzia de trabalhadores. Hoje nem precisa sair de casa. Os telefonemas a implorar trabalho são constantes. "E não tenho resposta para dar".

Os contratos com os proprietários das explorações agrícolas são cada vez mais escassos e os efeitos desta realidade reflectem-se no aumento do número de desempregados que batem à porta da Cáritas Diocesana de Beja, entre eles muitos imigrantes, "muitos deles em situação ilegal", confessa Maria Teresa Chaves, que dirige a instituição. O caminho para a sua integração passa pela legalização e pela procura de trabalho, para além do fornecimento de alimentos e de roupa.

Teresa Chaves recorda o caso de uma imigrante romena que sofreu um ataque cardíaco, por ter sido vítima de excesso de trabalho. "Mantivemo-la resguardada no Hospital de Beja" contra as ameaças de naturais do seu país que exigiam a sua saída da unidade de saúde com receio que as autoridades obtivessem informações da rede de tráfico. Até que foi possível fazê-la regressar ao seu país de origem, já recuperada.

A mão-de-obra emigrante ilegal está nas mãos de "gente muito perigosa", adverte a responsável da Cáritas de Beja. Alguns pertenceram à polícia política romena, para quem "a vida de uma pessoa tem pouco valor".

Pela experiência que vai colhendo dos fenómenos mais extremos associados à emigração ilegal, é em Moura que se situam os maiores perigos, onde já foram identificadas pessoas espancadas, sobretudo a nível da comunidade cigana ali residente e oriunda da Roménia.

Estes casos mais extremos estão associados as questões culturais específicas que alimentam actos de vingança e ajustes de contas, se alguém for apontado como tendo contactado as autoridades ou as associações de apoio social.

Crise reforça exclusão

A crise actual "veio reforçar" o fenómeno da exclusão, realça a responsável da Cáritas. Os seus reflexos são mais evidentes no sector agrícola, o motor económico da região, em parte subordinado aos critérios dos investidores espanhóis.

As dificuldades que os atingem projectam-se na falta de pagamento aos seus fornecedores, aumentando desta forma o número de desempregados e, consequentemente, um preocupante aumento do número de pedidos de auxílio de imigrantes sem trabalho afectados por carências alimentares.

Nos serviços de saúde também são visíveis os efeitos da exploração dos trabalhadores imigrantes: raramente se encontram abrangidos pelo seguro contra acidentes de trabalho. Quando o desastre acontece, são as vítimas que têm de suportar os encargos com os tratamentos hospitalares que o Serviço Nacional de Saúde não cobre.

É o caso dos familiares de Iacob Baleci, inscritos no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo como "independentes", depois de terem sofrido o acidente. Como não estão cobertos por quaisquer seguros de trabalho, vão ter de suportar todos os encargos com o seu tratamento.

Meios de combate ao tráfico humano são escassos mas promete-se o seu reforço

Os serviços da Autoridade para as Condições de Trabalho têm dois inspectores destacados para o Baixo Alentejo e um deles, Carlos Graça, que é o delegado distrital, está em São João da Madeira a dar formação a futuros inspectores.

A falta de meios humanos e de transporte têm obstado a uma maior intervenção dos serviços no controle das redes ilegais que contratam mão-de-obra estrangeira, reconhece Carlos Graça, que diz estar consciente da gravidade e da dimensão social que significa a "prática de crime de tráfico humano" com origem em redes que percorrem as zonas rurais mais pobres da Tailândia para engajar trabalhadores com destino a Odemira.

O que se está a passar neste momento com os cidadãos deste país asiático "é muito mais grave do que aquilo que está a acontecer com os romenos", admite o inspector da ACT. Os membros desta comunidade, para além da sua disponibilidade para trabalhar muito mais do que qualquer cidadão europeu, aceitam condições precárias de trabalho e de alojamento "e submetem-se a ganhar ordenados mais baixos e há casos em que os encontramos a trabalhar ao sábado sem que haja retribuição".

Já foi detectado "tráfico de empresa para empresa" e retenção dos salários por quem contratou tailandeses, ou situações em que os vencimentos eram depositados numa conta do empregador, que ficava com uma parte.

Para combater as graves lacunas que subsistem na fiscalização e controle das empresas e das actividades relacionadas com o trabalho de imigrantes, Carlos Graça anuncia que o Alentejo vai receber durante o próximo mês de Setembro mais 20 inspectores (10 para o Baixo Alentejo, quatro para Évora e seis para Portalegre) e ainda um jipe novo que já permite aos serviços a deslocação a locais até agora interditos com o equipamento de que dispõem actualmente. O que se está a passar nos campos do Alentejo requer "atenção permanente".

O PÚBLICO pediu ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para se pronunciar sobre as situações destacadas nesta reportagem. Mas, apesar da promessa de um esclarecimento, este não foi dado até ao fecho da edição.

ACORDO DE COLABORAÇÃO

REDE REGIONAL DO ALENTEJO DE APOIO E PROTEÇÃO A VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Considerandos

O tráfico de seres humanos (TSH) é um fenómeno à escala mundial, que viola os Direitos Humanos e afeta milhões de pessoas em todo o Mundo, proibido pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, como expressão da inviolabilidade da dignidade humana, princípio constitucional fundamental dos estados membros e presente nos instrumentos internacionais em matéria dos direitos humanos, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Destacando a Diretiva 2011/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de abril de 2011 relativa à prevenção e luta contra o Tráfico de Seres Humanos e à proteção das vítimas, a qual apela à necessidade de estabelecer mecanismos adequados que permitam proceder a uma rápida identificação, assistência e apoio às vítimas em articulação com organizações da sociedade civil;

Tendo em vista o trabalho integrado por forma a dar respostas de proximidade no apoio e proteção às vítimas é necessária a criação de Redes Regionais de Apoio, o que se constitui como uma resposta às medidas contempladas no II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013), aprovado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010, de 29 de novembro de 2010 e cuja coordenação pertence à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), na estratégia 3 - Proteger e Assistir;

Reconhecendo a necessidade de melhorar a articulação entre os parceiros direta ou indiretamente envolvidos no fenómeno do TSH, de modo a assegurar a efetiva proteção da vítima;

E empenhados em fixar as condições e os procedimentos a seguir pelos parceiros, e a instituir um sistema de controlo da execução do presente acordo,

É celebrado o presente Acordo de Colaboração da Rede Regional do Alentejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, ao qual submetem às cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
(Objeto)

É objeto do presente acordo a constituição da Rede Regional do Alentejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, uma rede de cooperação e de partilha de informação, com atuação na Região Alentejo, tendo como finalidade a prevenção, proteção e reintegração das vítimas de TSH.

Cláusula 2ª
(Composição da Rede)

Esta Rede é composta por entidades governamentais, não governamentais e autarquias locais da Região Alentejo ou pelas suas Delegações, com intervenção direta ou indireta sobre o fenómeno do TSH, signatárias do presente Acordo.

Cláusula 3ª
(Objetivos)

Constituem objetivos da Rede Regional do Alentejo de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH:

1. Adotar uma resposta de intervenção em rede que integre as componentes de apoio e assistência às vítimas de TSH, na Região Alentejo;
2. Adotar instrumentos e canais de comunicação que facilitem a resposta, no quadro da competência específica de cada parceiro, por forma a assegurar a efetiva assistência e proteção da vítima, bem como a sua integração;
3. Prestar apoio especializado e multidisciplinar às vítimas;
4. Prevenir as situações de revitimação, promovendo as capacidades e competências das vítimas;
5. Proporcionar às vítimas estrangeiras apoio técnico especializado enquanto decorrer o período de reflexão e de colaboração com a justiça, o retorno assistido aos seus países de origem, ou a integração em território nacional, disponibilizando informação sobre os recursos existentes;
6. Sensibilizar e formar técnicos/as e outros públicos-alvo;
7. Publicitar linhas de apoio a vítimas, bem como sensibilizar para a importância da denúncia, ainda que anónima, de casos de TSH;
8. Articular, sempre que necessário, com a RAPVT (Rede Nacional de Apoio e Proteção), adotando os instrumentos delineados para a sinalização e encaminhamento das vítimas.

Cláusula 4ª
(Obrigações Entidades Parceiras)

As entidades signatárias do presente acordo comprometem-se a:

1. Adotar o Guião de Sinalização, proceder ao seu preenchimento nos casos de deteção de vítimas de tráfico de seres humanos e ao seu encaminhamento para o Observatório do Tráfico de Seres (OTSH), excetuando os Órgãos de Polícia Criminal que já o fazem por sua competência;
2. Dar resposta às necessidades das vítimas, mediante os recursos existentes e disponíveis;
3. Dar informação aos restantes parceiros envolvidos no processo da continuidade do mesmo, de acordo com os procedimentos de comunicação definidos em sede de reunião da rede;
4. Colaborar na divulgação do trabalho desenvolvido pela Equipa Multidisciplinar Especializada (EME);
5. Promover, colaborar e/ou participar, sempre que possível, em ações de sensibilização, encontros de trabalho e formação na área do TSH;
6. Prestar Apoio técnico a entidades parceiras, quando solicitado;
7. Consolidar o trabalho em rede e de proximidade nos processos de sinalização, identificação e integração das vítimas de TSH.

Cláusula 5ª
(Comissão de Acompanhamento)

1. As entidades que integram a Rede elegem em reunião plenária a respetiva Comissão de Acompanhamento, cujo mandato serve pelo período de um ano, composta por 5 elementos, um dos quais presidirá;
2. São competências da Comissão de Acompanhamento:
 - a) Acompanhar o cumprimento do presente Acordo de Colaboração e coordenar as atividades a desenvolver pela Rede;
 - b) Dirigir e secretariar as reuniões da Rede, disponibilizando a todas as entidades que a integram toda a informação atualizada necessária à respetiva atividade e funcionamento.

Cláusula 6ª
(Encontros da Rede Regional do Alentejo)

Com vista à realização dos objetivos que se propõem implementar através do presente Acordo, as partes comprometem-se a participar nos encontros promovidos no âmbito da Rede Regional do Alentejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, bem como comunicar entre si sempre que necessário.

Cláusula 7ª
(Representantes das Entidades na Rede)

Cada Entidade indicará um representante na Rede, responsável pela coordenação das atividades conjuntas a desenvolver.

Cláusula 8ª
(Enquadramento)

O presente acordo não acarreta quaisquer encargos para os parceiros, para além do estritamente necessário, no âmbito da sua competência específica, e em resultado de um imperativo legal.

Cláusula 9ª
(Validade)

O presente acordo entrará em vigor a partir da data da sua assinatura e vigorará por períodos de um ano, automaticamente renováveis salvo denúncia das entidades parceiras, com aviso prévio não inferior a 30 dias.

Cláusula 10ª
(Alterações ao acordo)

Sem prejuízo das atividades previstas, este acordo pode ser retificado ou alterado mediante concordância da maioria das entidades integrantes da Rede, formalizada e aditada ao acordo.

Évora, 13 de dezembro de 2013.

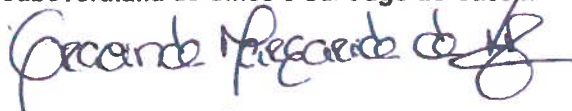
(Este documento consubstancia a criação da Rede Regional do Alentejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, integrada na candidatura do Projeto SOS TSH Alentejo: Equipa Especializada para a Assistência a Vítimas de Tráfico, aprovada pela tipologia 7.7 do POPH/QREN.)

Associação da Comunidade Imigrante Romena e Moldava do Alentejo



Codin Dumitru Onofrei
Presidente

Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém



Gracinda Margarida da Luz
Presidente da Direção

Associação de Amigos da Criança e da Família "Chão dos Meninos"

Paula Nobre de Deus
Vice-Presidente



Associação para o Planeamento da Família – Delegação Regional do Alentejo



Fátima Breia
Presidente da Direção Regional

Câmara Municipal de Avis



Manuel João Casaca Ribeiro

Vereador

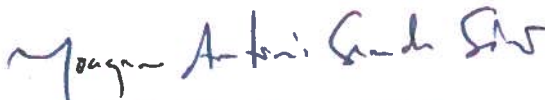
Câmara Municipal de Évora



Carlos Pinto de Sá

Presidente da Autarquia

Câmara Municipal de Moura



Joaquim António Senrada Simões

Vereador da Educação, Ação Social, Juventude e Desporto

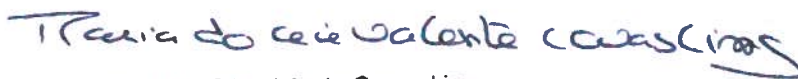
Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz



Manuel Janeiro

Vice-Presidente

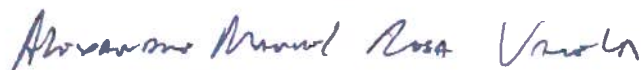
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Beja



Maria do Céu Valente Covas Lima

Presidente

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora



Alexandre Varela

Presidente

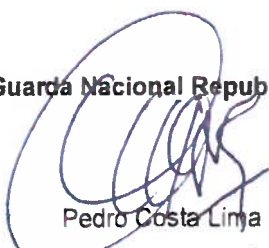
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Évora



Paula Nobre de Deus

Presidente da Comissão Administrativa

Guarda Nacional Republicana



Pedro Costa Lima

Comandante do Comando Territorial de Évora

Instituto de Segurança Social, IP, Centro Distrital de Évora



Sónia Cristina Silva dos Ramos

Diretora do Centro Distrital de Évora

Lar de Santa Helena



Maria Júlia Bacelar

Diretora

Movimento Democrático de Mulheres

Vitalina Roque Sofia

Vitalina da Conceição Pavia Roque

Membro da Direção Nacional

Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica de Portalegre, Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Portalegre

Vitor Fernando Caldeira Bucho

Vitor Fernando Caldeira Bucho

Presidente da Delegação

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Isabel Burke

Isabel Burke

Diretora Regional de Lisboa Vale do Tejo e Alentejo

SOLIDARIEDADE IMIGRANTE - Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes

Alberto Manuel Bello da Cunha Matos

Alberto Manuel Bello da Cunha Matos

Membro da Direção, Responsável pela Delegação do Alentejo

TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de

Odemira



Telma Cristina Felizardo Guerreiro

Telma Cristina Felizardo Guerreiro

Presidente da Direção

**Unidade de Intervenção Local da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e
Dependências da Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP**

João António Pereira Almeida

João António Pereira Almeida

Responsável pela Unidade de Intervenção Local de Évora

